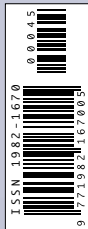


PÁGINA 22

INFORMAÇÃO PARA O NOVO SÉCULO

FGV
GVces

NÚMERO 45
SETEMBRO 2010
R\$ 15,00



A POLÍTICA POR CONSTRUIR

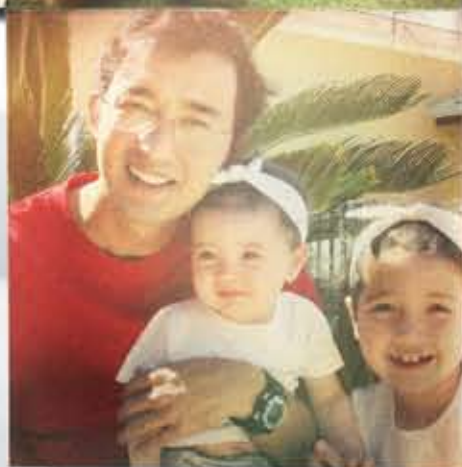
PRÓXIMO GOVERNO: propostas da sociedade para uma gestão mais sustentável

SÉRGIO ABRANCHES: pelo fim dos partidos e a favor da democracia eletrônica

ARAPUCA NAS URNAS: euforia com o crescimento compromete a sua qualidade

REDES SOCIAIS: com elas, as campanhas nunca mais serão as mesmas

MANTER O EQUILÍBRIO
ENTRE O QUE VOCÊ TEM
E A VIDA QUE VOCÊ LEVA.
VAMOS FAZER JUNTOS?



Um banco próximo de você para você ficar próximo de quem importa. Só os Serviços Van Gogh do Santander oferecem **gerentes por telefone todos os dias, das 8h à meia-noite**, para a Renata usar o banco sem perder bons momentos com a família.

Converse com um de nossos gerentes, acesse santander.com.br/vangogh ou ligue para a Superlinha: **4004-3535** (capitais e regiões metropolitanas) ou **0800-702-3535** (demais localidades).

 **Santander**

VAN GOGH

Valorizando ideias por uma vida melhor.

Mais que o mesmo

No momento em que fechávamos esta edição de aniversário, as pesquisas de voto indicavam vitória da candidata Dilma Rousseff já no primeiro turno e alimentavam análises sobre o que baliza as escolhas do eleitor – que estaria premiando a combinação entre estabilidade inflacionária, crescimento econômico e algumas melhorias sociais nos últimos oito anos de governo. Um voto pela continuidade, ancorado no desejo de manter essas conquistas e ainda “seguir crescendo”.

A expressão *feel good factor*, citada na revista *The Economist*, vem dizer que, no final das contas, a economia (ou o bolso) é que pesa nas decisões. Aumento de renda, de consumo e de emprego são ofertas inapeláveis. Sem dúvida, o crescimento econômico ainda é fator fundamental para a melhoria nas condições de vida em países pobres e nos emergentes, e deve ser perseguido. Mas, por si só, não é suficiente para garantir o desenvolvimento que queremos.

Assim, o debate eleitoral precisa colocar no centro das discussões variáveis que vão além do crescimento do PIB, levando em conta indicadores mais completos de bem-estar, capazes de agregar à economia uma perspectiva socioambiental. E ter a ousadia de pensar o Brasil em bem mais do que quatro anos, a fim de construir uma nação digna do século XXI, com toda a modernidade que isso sugere.

O cientista político Sérgio Abranches, em entrevista nesta edição, diagnostica um Brasil com visão ultrapassada de si próprio, ainda preso ao século XX, e que se apega ao “mais do mesmo”.

Somente uma política orientada para a sustentabilidade – como defende PÁGINA22 desde seu nascimento, há quatro anos – será capaz de imprimir dinamismo, inteligência e visão estratégica ao que já foi conquistado, e estimular a ambição saudável por um país que seja “mais que o mesmo”, fazendo jus às suas imensas potencialidades.

Boa leitura!

Notas **6**

Clima & economia **12**

Entrevista **14**

Economia **20**

Questões-chave **26**

Marketing político **34**

Análise I **40**

Análise II **42**

Artigo **43**

Os verdes **44**

Coluna **48**

Última **50**

Sérgio Abranches defende uma ágora eletrônica, capaz de mudar as formas de interação e representação política

A euforia com o crescimento obscurece o debate sobre desenvolvimento sustentável e arma uma arapuca nas urnas

As propostas do setor privado, de ONGs e da academia para uma agenda de governo mais alinhada com a sustentabilidade

Atual como nunca, o trabalho dos marqueteiros depara-se com o desafio crescente de trabalhar em meio a redes sociais que desconstruem imagens

Quem era e como agia a turma que primeiro juntou causa ambiental com política no Brasil

44

PÁGINA 22

ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO DE EMPRESAS DE SÃO PAULO DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
DIRETORA Maria Tereza Leme Fleury

FGV
GVces
Centro de Estudos em Sustentabilidade da EAESP

COORDENADOR Mario Monzoni
COORDENADORA-ADJUNTA Rachel Biderman

JORNALISTAS FUNDADORAS Amália Safatle e Flavia Pardini
EDITORA Amália Safatle
REPÓRTER Carolina Derivi

EDIÇÃO DE ARTE Vendo Design
Marcius Marques (edição), Dora Dias e Luis Mourão (design)
www.vendoeditorial.com.br
ILUSTRAÇÕES Sírio Braz

EDITOR DE FOTOGRAFIA Bruno Bernardi
REVISOR José Genulino Moura Ribeiro
COORDENADORA DE PRODUÇÃO Bel Brunharo
COLABORARAM NESTA EDIÇÃO Ana Cristina d'Angelo, Beto França, Carmen Arnold, Daniela Toviansky, Eli Ridolfi, Flavia Pardini, Gisele Neuls, Giulliana Bianconi, Gustavo Faleiros, José Emygdio de Carvalho Neto, Maristela Bernardo, Regina Scharf, Renato Guimarães, Ricardo Barretto, Sílvia Marcuzzo

JORNALISTA RESPONSÁVEL
Amália Safatle (MTb 22.290)

ANUNCIE
MARKETING
COORDENAÇÃO Jorge Saad / Aiuê: conteúdo relevante
(11) 3807-7084 / jorge@aiue.com.br
COMERCIAL E PUBLICIDADE Tupinã Assessoria de Comunicação Ltda
Júnior Tupinã (11) 2597-0090 / 2597-0091 / (11) 8202-4825
junior@tupinacomunicacao.com.br

REDAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
Rua Itararé, 123 - CEP 01308-030 - São Paulo - SP
(11) 3284-0754 / leitor@pagina22.com.br
www.fgv.br/ces/pagina22
IMPRESSÃO NeoBand Soluções Gráficas
DISTRIBUIÇÃO Door to Door Logística e Distribuição

CONSELHO EDITORIAL
Aron Belinky, Cynthia Rosenberg, José Carlos Barbieri, José Eli da Veiga, Mario Monzoni, Pedro Roberto Jacobi, Ricardo Guimarães, Roberto Waack

Os artigos e textos de caráter opinativo assinados por colaboradores expressam a visão de seus autores, não representando, necessariamente, o ponto de vista de PÁGINA22 e do GVces.

TIRAGEM DESTA EDIÇÃO: 5.000 exemplares

FSC Fontes Mistas
Grupo de produto proveniente de florestas bem geridas, fontes controladas e madeira ou fibra reciclada
www.fsc.org Cert no. BV-COC-08725
©1996 Forest Stewardship Council

A REVISTA PÁGINA 22 FOI IMPRESSA EM PAPEL CERTIFICADO, PROVENIENTE DE REFLORESTAMENTOS CERTIFICADOS PELO FSC DE ACORDO COM RIGOROSOS PADRÕES SOCIAIS E AMBIENTAIS

CC creative commons PÁGINA 22, NAS VERSÕES IMPRESSA E DIGITAL, ADEIRU À LICENÇA CREATIVE COMMONS. ASSIM, É LIVRE A REPRODUÇÃO DO CONTEÚDO – EXCETO IMAGENS – DESDE QUE SEJAM CITADOS COMO FONTES A PUBLICAÇÃO E O AUTOR.

CAPA: BETO FRANÇA (ARTE CORPORAL) E BRUNO BERNARDI (FOTO)



[CARTUNS]

É humor e é sério

A Mostra Ecocartoon, em sua terceira edição, é humor que faz refletir sobre a crise ambiental que vivemos. Conta com o engajamento de cartunistas de diversos países – até mesmo daqueles onde a censura interfere na liberdade criativa, como China e Irã – e, desde seu início, em 2008, apresenta um tema único a cada ano. Entre o final de agosto e o início deste mês, a mostra passou pela primeira vez por São Paulo, abordando assunto dos mais sérios e presentes: a poluição urbana. Dos 612 cartuns inscritos para a mostra, a organização selecionou 140.

Todos estiveram expostos no Catavento Cultural e Educacional, espaço onde a ciência e os problemas sociais costumam ser apresentados com abordagem atraente para os jovens.

Os desenhos retratam a sensação de caos nas cidades, enquanto o acesso ao ar puro é abordado como um privilégio – caso do cartum *do gaúcho Paulo Mattos*, em segundo lugar na premiação promovida pelos organizadores da mostra. O desenho estampa um casal devidamente equipado com máscaras de gás, olhando, na vitrine, máscaras para o bebê que está para nascer. O vencedor foi o *espanhol Omar Figueiroa*, com uma interpretação bem crítica do crescimento das cidades. – *por Giulliana Bianconi*

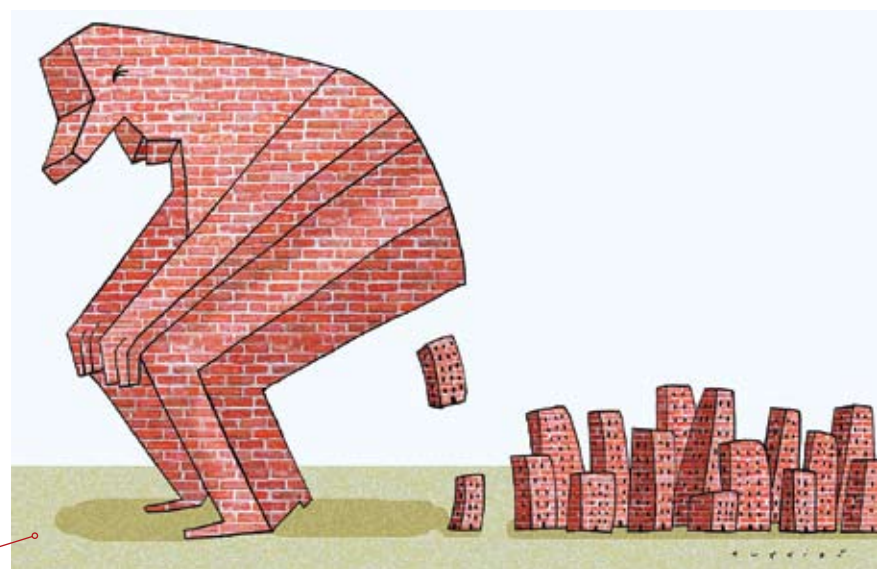
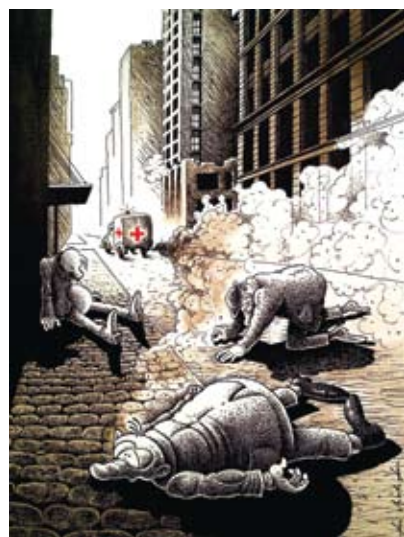


Veja mais cartuns na versão digital desta nota em www.fgv.br/ces/pagina22

[CARSHARING]

De vizinho para vizinho

Já pensou em fazer uma graninha quando seu carro está parado na garagem? Pois é, nos Estados Unidos, a moda do *carsharing* deu asas à imaginação de empreendedores que



começaram a bolar maneiras de tirar o intermediário da ótima ideia de compartilhar veículos. O *carsharing* depende de empresas que, assim como as locadoras tradicionais, possuem uma frota razoável. Mas se o cidadão comum colocasse seu carro para alugar quando não precisasse dele? Não seria preciso criar novas frotas, os donos de veículos poderiam fazer seus ativos render, e os interessados em alugar teriam um carro por perto só quando necessitassem, e por um preço razoável.

É o que a RelayRides (www.relayrides.com), uma empresa de Massachusetts,

batizou de *carsharing* de-vizinho-para-vizinho. Donos de veículos e potenciais locatários registram-se no website da empresa e concordam com um contrato de aluguel, enquanto a empresa checa dados do veículo, do motorista, faz uma vistoria prévia e cuida do seguro. O dono do carro estabelece o preço do aluguel e a RelayRides cobra 15%. Segundo a empresa, o custo acaba sendo menor do que um aluguel tradicional ou *carsharing* convencional. Espera-se que donos e locatários de uma mesma região entrem em contato, formando uma comunidade de compartilhamento de veículos.



Ontem fui planta, hoje sou PET.



A Coca-Cola Brasil inova com a Plant Bottle™. Uma embalagem até 30% à base de cana-de-açúcar, uma fonte renovável, ou seja, diminui a dependência do petróleo e emite menos CO₂, além de ser 100% reciclável. Um grande passo rumo à garrafa do futuro para você matar a sede de ajudar o mundo.

Saiba mais em www.cocacolabrasil.com.br



Contém até 30% do PET originário de cana-de-açúcar. Garrafa 100% reciclável.

Um dos desafios é fomentar a confiança mútua entre donos de veículos e locatários. Outro, a resistência das seguradoras em permitir que o proprietário receba dinheiro pelo uso de seu veículo, começa a ser vencido. Uma lei que esclarece que essa modalidade de compartilhamento não constitui uso comercial do veículo acaba de ser aprovada na Califórnia. — **por Flavia Pardini**

[ARQUIPÉLAGO DE MARAJÓ]

Mensagem na garrafa

Um lugar por onde passa um quarto da água doce fluvial do planeta. O maior arquipélago fluviomarinho da Terra é brasileiro, localiza-se no estuário dos Rios Amazonas e Tocantins, abriga 300 mil pessoas em 12 municípios e pede ajuda.

Considerado uma das mais importantes zonas úmidas tropicais do mundo, riquíssimo em biodiversidade, o Arquipélago do Marajó padece de falta de áreas protegidas, economia estagnada, patrimônio cultural ameaçado e péssimo

quadro social. Lá, onde 90% da população é pobre ou miserável e 80% dos adultos são analfabetos, grassam a violência, a saúde precária, o trabalho e a prostituição infantis.

Uma campanha para resgatar a riqueza social, cultural, ambiental e econômica da região acaba de ser lançada no Pará. O Instituto Peabiru foi convidado pelo Fundo Vale (ONG da Vale do Rio Doce) a traçar um plano de recuperação, que contempla a candidatura de Marajó a Reserva da Biosfera, lançada pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente.

João Meirelles Filho, presidente do Peabiru, explica que o título, a ser concedido pela Unesco, significa a criação de unidades de conservação de proteção integral e permite avanços no Zoneamento Ecológico-Econômico regional. “Isso deve atrair atenção para o turismo e para produções sustentáveis, como a do açai e da pecuária verde”, diz.

A sociedade pode participar desse resgate. A Rede Viva Marajó da Sociedade Civil (www.vivamarajo.org.br) permite a colaboração como voluntário, doador ou ciberativista. — **por Amália Safatle**

[DIREITO DOS ANIMAIS]

Mata e mostra o pau

Ganhador do Oscar 2010 de melhor documentário, o filme *The Cove* revelou um esquema secreto de matança de golfinhos na vila japonesa de Taijin e deu início a uma campanha mundial para forçar as autoridades daquele país a coibir a caça. Em agosto, o prefeito da cidade, Kazutaka Sangen, concedeu uma rara entrevista exclusiva à *Associated Press* e garantiu que nada deve mudar.

Em Taijin, mais de 20 mil desses animais são mortos todos os anos. No filme, há tomadas aéreas que mostram enseadas completamente vermelhas de sangue. Katuzaka justifica a prática pelo ponto de vista cultural: “Nós vamos transmitir a história de nossos ancestrais para as próximas gerações e temos orgulho disso. Não vamos mudar os planos para a cidade com base em críticas estrangeiras”.

Trate-se de um debate ético conturbado. Em contraposição àqueles que defendem o respeito às diferentes culturas locais, cientistas e ativistas argumentam que a extraordinária **inteligência dos golfinhos** faz deles os seres mais parecidos com os humanos em todo o reino animal. Acredita-se que tenham sua própria linguagem, um forte senso de comunidade e são os únicos animais selvagens de que se tem registro a participar do resgate de humanos em situações de perigo. É o caso do campeão de surf David Rastovich, salvo por um golfinho do ataque de um tubarão.

Por estarem no topo da cadeia alimentar, a carne comercializada para consumo humano também contém altas taxas de mercúrio, um dos poluentes dos oceanos. Via de regra, a cada novo degrau da cadeia marinha, a concentração de toxinas aumenta em 10 vezes. O filme *The Cove* ainda não estreou no Brasil.

— **por Carolina Derivi**



“Ideias não respeitam organograma.”

Thomás Oliveira
Vice-Presidente
Global de Vendas

LODUCCA

Eu nunca respeitei o organograma. Calma, isso não quer dizer que eu não respeitava os meus superiores. Significa que eu acreditava nas ideias. Aqui na Ambev são as ideias que importam. Aqui elas são nossos chefes. Isso cria uma cultura de respeito à pessoa e ao talento. E não ao cargo. Aqui cada um tem seu sonho e quer realizar ele. Eu sou a prova disso. Inventei um método de pesquisa quando era responsável por uma região. A pesquisa deu tão certo que a Ambev a aperfeiçoou e hoje aplica em todos os mercados. E sabe qual o nome dessa pesquisa? Thomás. Graças a essa e algumas outras ideias, eu passei de gerente de vendas regional para vice-presidente global de vendas. Mas não posso esquecer que tem uma coisa que será sempre mais importante do que qualquer cargo aqui na Ambev: a ideia.

Ambev. Feita por gente e sonhos.

ambev

[SOLIDARIEDADE]

Põe mesa

Quem disse que comida “verde” é só salada? A ONG Banco de Alimentos – que combate o desperdício de comida doando anualmente 500 toneladas de alimentos que iriam para o lixo a 22 mil pessoas de instituições sociais – acaba de unir o conceito de alimentação popular com a alta gastronomia.

A organização lançou o projeto Chef Solidário, com o objetivo de levar os princípios da sustentabilidade para as cozinhas mais refinadas do País. Para isso, a entidade quer formar uma rede de parcerias com chefs e estabelecimentos ligados à gastronomia e alimentação. Em troca de cursos sobre como maximizar a utilização de alimentos e aproveitar melhor seu valor nutricional, a organização propõe cotas mensais de apoio que variam de R\$ 100 a R\$ 300, pagas durante um ano.

“As pessoas acham que aproveitar mais os alimentos é jogar os talos das folhas no meio do feijão e misturar tudo,

mas queremos mostrar que é possível fazer algo mais sofisticado”, afirma Isabel Marçal, gerente do Banco de Alimentos. Com a iniciativa, a ONG acredita que a influência dos renomados chefs pode ajudar a disseminar e multiplicar ações contra o desperdício de comida, à medida que mostrarem ao público a adesão à iniciativa. Até agora, grandes nomes como Alex Atala, do restaurante D.O.M., Emerson Silveira, dono do Bar Camará e fundador da Restaurant Week no Brasil, e a banqueteira Tatá Cury aderiram ao projeto.

Além do Chef Solidário, a entidade tem investido em cursos e oficinas com foco em nutrição e preparo de alimentos voltados para empresas que não necessariamente estão ligadas à área. A ideia é, por meio da dinâmica da cozinha, aplicar conceitos corporativos de trabalho em equipe e de responsabilidade social. Já participaram, entre outros, a Alcoa, o Itaú Unibanco, a Telefônica e a Bayer. Saiba mais em www.bancodealimentos.org.br.

— por Carmen Arnold



FALA, LEITOR *Histórias e ideias de quem lê* PÁGINA 22



Jetro Menezes, 43 anos, começou na década de 90 as primeiras iniciativas de juntar política com preservação ambiental. Em 1993, fundou o Movimento Eco-Cultural, entidade criada para cuidar do verde e da cultura do bairro de Pirituba, distrito na Zona Noroeste de São Paulo. Em 1995, aprendeu a fazer papel reciclado e até hoje trabalha com a matéria,

proporcionando oficinas e comercialização de um kit para fazer o papel reciclado artesanal. Aprimorando os conhecimentos na área ambiental, criou sua própria consultoria para treinar e implantar programas de coleta seletiva e gestão de resíduos para empresas e municípios. De 2005 a 2007, coordenou o programa de coleta seletiva da Prefeitura de São Paulo. A experiência no poder público lhe trouxe satisfação, mas também uma boa dose de frustração. “Falta autonomia para programas dessa natureza nas prefeituras; temos um modelo de gestão pública desgastado”, critica. Em São Paulo, por exemplo, Jetro Menezes acredita que o programa de coleta seletiva poderia ser diferenciado pelo tamanho da cidade e número de habitantes. “Abrir o programa para as subprefeituras e

descentralizar o funcionamento é o melhor caminho”, propõe. Dessa maneira, acredita, a população também estaria mais próxima das informações sobre o destino do lixo que produz e seria incentivada a colaborar. Ainda assim, o consultor segue sua carreira no setor público, talvez pelo desafio que representa ainda hoje a condução de uma política pública na área ambiental. Jetro assumiu a diretoria de Meio Ambiente da prefeitura de Franco da Rocha (SP) e está fazendo pós-graduação em Saneamento Ambiental. A prefeitura de Franco da Rocha acaba de aprovar um projeto na Caixa Econômica Federal para construir um galpão para a coleta seletiva. O próximo passo é formar uma cooperativa de catadores e identificar os pontos de coleta do material. (ACD)

SE VOCÊ DESEJA PARTICIPAR DESTA SEÇÃO, ESCREVA PARA LEITOR@PAGINA22.COM.BR E CONTE UM POUCO SOBRE VOCÊ E SEUS PROJETOS. PARA SE COMUNICAR COM JETRO MENEZES, ESCREVA PARA JETROPAPELREICLADO@UOL.COM.BR

PÁGINA CULTURAL

por ANA CRISTINA D'ANGELO

O fim do mundo está próspero

A BANDA PAULISTANA *1/2 DÚZIA DE 3 OU 4* está compondo a trilha sonora (oficial) do fim do mundo. Não que os integrantes acreditem na profecia de 2012, mas, por via das dúvidas, os músicos querem cantar essa história de fim dos tempos. A estratégia para aproveitar o som tranquilamente foi lançar uma música nova a cada dois meses no www.meiaduziade3ou4.com/2012 até a data fatídica. A primeira música, chamada “Classificados”, entrou no ar no dia 1º de abril, com participação especial de Tom Zé. “A letra promete a venda de um planeta usado, sem as calotas e com o teto cheio de buracos – o nosso Planeta Terra, que ficará inabitável se as coisas continuarem como estão”, diz a banda, que, na verdade, é



composta de sete integrantes. Em junho veio “Esquecimento Global”, com crianças no coro. A mais recente é “De novo, Christina?”, com participação de André Abujamra. Os temas são variados, mas intimamente ligados ao término da vida no planeta da forma conhecida até então. As letras falam especialmente de aspectos que levam a crer que o ser humano é muito bobo e pretensioso, ou seja, é humor a toda prova.

Terra Deu, Terra Come

O cinema brasileiro vive em condições muito piores que os filmes das grandes distribuidoras norte-americanas, com menos salas de exibição e tempo em cartaz. Dito isso, esta *Página Cultural* dispõe-se a “anunciar” a chegada dos bons filmes brasileiros nas salas comerciais – mesmo que por pouco tempo –, pois a plateia é fundamental para a permanência na grade da programação. *Terra Deu, Terra Come* ganhou o prêmio de melhor documentário brasileiro no festival “É Tudo Verdade 2010”. Saiu colecionando elogios dos papas do documentário, como Eduardo Coutinho e João Moreira Salles. O personagem principal, Pedro de Alexina, 81 anos, comanda como mestre de cerimônias o funeral de João Batista, morto aos 120, e enreda o



diretor Rodrigo Siqueira para um misto de documentário, ficção e lembranças que tecem uma história fantástica de um canto metafísico do sertão mineiro – o quilombo Quartel do Indaiá, região de Diamantina. O documentarista embrenhou-se pelo sertão e também pela literatura de Guimarães Rosa para compor o filme. Em cartaz nas principais capitais neste setembro.

Thomaz Farkas em foco

O Museu de Arte Moderna da Bahia apresenta a mostra “Thomaz Farkas – O Tempo Dissolvido”. São 119 imagens, muitas delas inéditas, desse fotógrafo húngaro radicado no Brasil na década de 1930. A exposição tem curadoria de Diógenes Moura e fica em cartaz até o dia 3 de outubro. Entre os destaques, uma série de fotografias coloridas produzidas em Salvador, nos anos 1970, em lugares como Mercado Modelo, Avenida Sete de Setembro e bairro dos Alagados. Documentos, cartas, recibos e fotografias pessoais compõem o Núcleo do Afeto. Como uma linha do tempo, para uma melhor compreensão da trajetória do fotógrafo e cineasta, bem como o valor de sua obra. A faceta cineasta de Thomaz

Farkas é mostrada por meio de curtas e também dos filmes por ele produzidos para a Caravana Farkas, projeto criado em 1964 a fim de documentar o País.

O espaço nas entrelinhas

Aclamado pela crítica internacional, o artista norte-americano Fred Sandback compôs, por quase 40 anos, esculturas utilizando sempre os mesmos materiais: corda elástica e fio acrílico de lã colorida. A obra pode ser vista pela primeira vez no Brasil no Instituto Moreira Salles do Rio de Janeiro e de São Paulo até 24 de outubro, com entrada franca. O Espaço nas Entrelinhas tem curadoria de Lilian Tone, do Departamento de Pintura e Escultura do MoMA, e traça um panorama da obra de Fred Sandback (1943-2003) desde 1968, quando ele estudava escultura na Yale School of Art and Architecture, em New Haven, Connecticut. Considerado um dos maiores artistas plásticos contemporâneos, Sandback sugere situações espaciais particulares (e o envolvimento do público com estes “novos espaços”) a partir do simples ato de esticar um fio de um ponto a outro em uma sala.

As finanças da adaptação

Um dos impasses da Convenção do Clima é como levantar fundos de maneira inovadora

Os custos exorbitantes do combate à mudança climática tornaram-se claros com o relatório *A Economia do Clima*, liderado pelo economista britânico Nicholas Stern, em 2006. Segundo o estudo, o investimento global para a redução das emissões e medidas de proteção contra eventos climáticos extremos deveria ser igual a 1% do PIB global a cada ano até 2050.

O problema é que, desde o lançamento do *Relatório Stern*, pouca coisa foi feita: as emissões continuam crescendo e o risco de impactos severos também. Neste

cenário, muitas organizações têm chamado atenção para a necessidade de mais recursos destinados à adaptação à mudança climática. Hoje a estimativa mais aceita – calculada pela organização Oxfam – é de que US\$ 50 bilhões por ano deveriam ser investidos em adaptação. Mas a realidade está bem distante disso. De acordo com o projeto Climate Funds Updates, até agora apenas US\$ 312 milhões são investidos mundialmente em adaptação. [1]

Por adaptação pode-se entender desde a construção de barreiras costeiras contra o aumento do nível do mar até a ampliação do sistema médico para o atendimento de pessoas afetadas por ondas de calor, entre muitas outras medidas

cenário, muitas organizações têm chamado atenção para a necessidade de mais recursos destinados à adaptação à mudança climática. Hoje a estimativa mais aceita – calculada pela organização Oxfam – é de que US\$ 50 bilhões por ano deveriam ser investidos em adaptação. Mas a realidade está bem distante disso. De acordo com o projeto Climate Funds Updates, até agora apenas US\$ 312 milhões são investidos mundialmente em adaptação. [1]

TO ME NOTA

1 *Financiado pela Fundação Heinrich Böll e pelo Overseas Development Institute, o projeto faz um acompanhamento detalhado das finanças do clima: www.climatefundsupdate.org/graphs-statistics/areas-of-focus*

Desde que estabelecida a Convenção da ONU sobre Mudanças Climáticas, em 1992, o debate sobre o financiamento às políticas de combate ao aquecimento global sempre foi um dos mais intrincados.

Não apenas porque os impactos climáticos serão uma conta cara a se pagar, mas também pelas disputas sobre as prioridades de investimento. Quais ações devem receber mais dinheiro: medidas de redução às emissões ou medidas de adaptação aos desastres climáticos?

Para tornar a questão ainda mais complexa, existem muitas dúvidas sobre a origem do dinheiro para financiar as políticas climáticas. Orçamentos dos governos são uma fonte insegura e politicamente trabalhosa de gerenciar. Por outro lado, confiar apenas no mercado não garante investimentos em áreas pobres e mais vulneráveis. É por isso que muitas propostas têm apontado para “mecanismos inovadores” de captação de fundos, entre eles taxas sobre transações financeiras ou

sobre o transporte aéreo e marítimo.

Na opinião do canadense Mark Lutes, responsável por acompanhar o tema de finanças do clima na ONG WWF, é preciso chegar a um acordo sobre os mecanismos inovadores de geração de recursos. Entre eles, aquele que já entrou oficialmente em negociação é uma pequena taxa sobre todos os passageiros de voos transatlânticos. Mesmo assim, a ideia está longe do consenso. “Precisamos de uma coisa automática, que não dependa da aprovação de orçamentos públicos todos os anos”, diz Lutes, um defensor das taxas sobre passageiros e transações financeiras.

Segundo ele, outro ponto que preocupa as ONGs é a divisão de recursos entre as políticas de adaptação e aquelas de mitigação. Da maneira como está sendo negociado na ONU, dois terços do fundo do clima concentram-se na redução de emissões (considerada a mitigação) e o restante, nas medidas de adaptação. “Nosso ponto de vista é de que as partes deveriam ser iguais”, explica.

Atualmente, no topo da agenda da Convenção do Clima está a promessa feita no Acordo de Copenhague, de que US\$ 100 bilhões/ano estarão disponíveis até

2020 em um fundo global para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Em encontros recentes, países signatários têm se concentrado em desenhar uma arquitetura para que o fundo possa começar a funcionar. Além disso, existe um compromisso imediato de que ao menos US\$ 30 bilhões serão liberados nos próximos 3 anos, o que tem sido chamado de *fast start fund* (algo como “fundo imediato”).

Mas a questão não resolvida, diz o pesquisador Saleemul Huq, do Instituto Internacional de Desenvolvimento e Meio

Ambiente (IIED, na sigla em inglês), é de onde sairá o dinheiro. Hoje, à parte os recursos de orçamentos públicos, a única fonte de financiamento às políticas de adaptação é uma pequena taxa que incide sobre as negociações de créditos de carbono. Esse dinheiro alimenta o Fundo de Adaptação da Convenção do Clima, que, embora já esteja em funcionamento, tem apenas US\$ 100 milhões. [2]

TO ME NOTA

2 *O Fundo de Adaptação foi criado em 1997 junto com o Protocolo de Kyoto (www.adaptation-fund.org)*

“A situação não é nada boa. Mesmo o que foi prometido não está sendo cumprido”, pondera Huq, que foi autor líder da seção de adaptação do último relatório do IPCC. Ele se refere principalmente à promessa de países desenvolvidos em prover ajuda financeira às nações mais pobres e vulneráveis às alterações do clima. Segundo Huq, muitos países estão “contando duplamente” sua ajuda financeira, considerando os recursos de ajuda humanitária internacional como fundos para o clima. Na prática, não tem dinheiro novo. [GF]

Efeito rebote expõe relação entre tecnologia e consumo

AQUECIMENTO RESIDENCIAL Entre 1973 e 2005		AUTOMÓVEIS Entre 1975 e 2008	
Consumo de kWh p/m ²	Participação no consumo total da residência	Consumo por quilômetro rodado	Quilômetros percorridos*
42% ↓	20% ↑	37% ↓	23,6% ↑

*Estimativa referente ao período 1990 e 2006.

Fonte: Cédric Gossart. *Le Monde Diplomatique Brasil*, julho de 2010.

Obs.: Os dados são relativos ao consumo individual.

As tecnologias criadas para dar mais eficiência ao consumo de energia são fundamentais para controlar as emissões de gases de efeito estufa. Mas sua eficácia é ameaçada pelo chamado efeito rebote, como mostram análises de consumo na França, ilustradas neste infográfico. Dezenas de estudos na Europa e nos EUA se dedicam a demonstrar o efeito em vários

setores. Eles mostram que, em variados graus, a redução de consumo de energia por equipamento resulta em mais consumo do equipamento ou uso do valor economizado na compra de outros. Ou seja, um carro mais eficiente convida a ir mais longe; uma taxa de energia mais barata convida a ter mais eletrodomésticos, e assim por diante. [GN]

ENTREVISTA Marco Antonio Fujihara

MDL Programático: em teoria, uma boa opção para pequenos projetos

MDL Programático foi lançado em 2007 como uma opção para facilitar o registro de pequenos projetos com a mesma metodologia, porém em locais diferentes. Funciona como um guarda-chuva sob o qual se abrigam vários projetos similares. No Brasil, o único projeto aprovado nessa modalidade pertence à Sadia, que promove a redução de metano com o uso de biodigestores na suinocultura. Nascido para facilitar o processo para pequenos projetos, entretanto, a modalidade sofre de excesso de burocracia. Marco Antonio Fujihara, consultor da Key Associados, que trabalha com projetos de carbono há dez anos, falou sobre o tema a PÁGINA 22.

Por que o projeto da Sadia ainda é o único no Brasil?

Porque, assim como o tradicional, o MDL Programático também demanda muita burocracia. Além disso, é mais complicado

demonstrar nesse tipo de projeto a linha de base [nível atual a partir do qual é feita a projeção do volume das emissões que ocorreriam sem a implantação do projeto] e a adicionalidade [o quanto a mais de

emissões será evitado, além do que ocorreria sem o projeto]. Há outros projetos em avaliação pelo governo, que os recebe, mas nenhum foi aprovado ainda.

A modalidade foi criada em 2007 com o intuito de ser mais eficiente para países em desenvolvimento. Conseguiu?

Teoricamente, seria um grande negócio para os países em desenvolvimento, mas foi muito burocratizado. O MDL Programático nasceu para ser um programa, mas na prática não é. A burocratização parte do pressuposto de que deve ter um órgão que confira tudo [no Brasil, uma comissão interministerial,

sediada no Ministério da Ciência e Tecnologia, é responsável pelos projetos de MDL]. Isso torna o processo lento e os custos, mais altos. Os mais pobres não têm como acessar. Como uma pequena comunidade do interior da Namíbia vai fazer um projeto? Não faz.

Quais as principais vantagens com relação ao tradicional?

Em tese, diminui os custos de transação, mas na prática isso também não ocorre. A Sadia primeiramente fez um projeto de MDL na forma tradicional, com todos os suinocultores reunidos num único projeto. Depois ela optou pelo programático, porque

o controle de emissões reduzidas se torna bem mais fácil, já que você tem um protocolo único para todos os projetos dentro dele.

Para quais setores o MDL Programático é mais adequado?

Faz mais sentido pensar o MDL Programático em termos de território do que de setores. Se, em determinada região, um grupo de empresas quiser fazer, pode ser vantajoso para elas. Acredito que os setores econômicos mais atrativos são os de base florestal, principalmente na área siderúrgica, que demanda uma quantidade muito grande de matéria vegetal. Mas só o



MDL Programático não resolve o problema sozinho, ele deve ser complementar a outras opções existentes. É preciso, por exemplo, crédito e financiamento para se conseguir adotar uma base energética mais eficiente. [GN]



A ágora de agora

Embora nesta eleição o seu espectro ainda domine o espaço de debate, a velha política como a concebemos já era, e com ela suas antigas formas de representatividade e de participação. Pela teia eletrônica, uma nova forma de interação, de diálogo e de arregimentação está apta a constituir daqui para a frente uma outra ágora (onde se dava a grande assembleia na democracia grega), que seja de fato aberta à participação de todos, em um ambiente de inclusão digital.

Essa é a aposta do cientista político Sérgio Abranches, que defende o fim dos partidos e convida a pensar: “Como eu uso toda essa tecnologia da informação para produzir decisões políticas?” Segundo ele, a revolução científica e tecnológica – que já mudou o paradigma das comunicações, do relacionamento social e de diversas áreas do conhecimento – tem tudo para revirar a política, lanterninha desse processo.

Abranches, que se descreve como “pesquisador independente sobre Ecopolítica, a relação entre o desenvolvimento econômico, o progresso social e o meio ambiente”, defende que o Brasil se arme de muito mais ousadia e aproveite as vantagens do atraso para fazer melhor aquilo que não fez. A seu ver, a nossa educação é tão atrasada, que podíamos jogar tudo fora e começar a partir do que é realmente novo.

Para uma efetiva modernização da sociedade, a tecnologia entra com os instrumentos, e o resto é com a gente.

Há um entendimento geral de que esta campanha eleitoral é uma das mais chochas dos últimos tempos. Que avaliação o senhor faz da qualidade do debate político na sociedade neste momento? Vinte e seis anos depois das Diretas Já, quão distante se tornou a campanha eleitoral da vida das pessoas? O ambiente de conversa política no Brasil hoje é de descrédito e desencanto. Por outro lado, há outro ambiente de endeusamento e quase santificação do presidente da República por uma parcela da população. Isso despolitiza, pois ou a pessoa está encantada, ou está desencantada. Não está em uma posição realista, então não consegue ver os erros enormes que o presidente comete e nem os bons políticos que existem. Esse é um ambiente no qual não há profundidade de debate. Nem muita clareza sobre quais são as questões principais. Então vivemos hoje um dos piores momentos para a democracia brasileira desde as Diretas Já, até mesmo porque há uma frustração crescente com o sonho democrático. Na época em que eu dava aula de Ciência Política, quem ia estudar queria ser cientista político etc., tinha uma visão da democracia como um lugar em que você chega e tudo se resolve. A gente construiu essa ideia no Brasil. Que um dia seremos democráticos e nesse dia vai acabar a pobreza, a favela, a corrupção, porque a democracia é boa em si. E não é isso, é um processo penoso. É muito mais difícil fazer uma democracia do que uma ditadura. Para uma ditadura, você precisa de um milico, alguns tanques e uma população relativamente desmobilizada, ou então um grupo grande de milicos dispostos a bater ou a matar se houver resistência. Difícil é fazer uma democracia: primeiro, criar qualidade de governança; segundo, criar lideranças legítimas e escapar a esses processos populistas e carismáticos.

Existe uma frustração por que estamos no estágio inicial desse processo? Porque esse processo não produziu a quantidade de bem-estar imediata que as pessoas queriam, nem tudo o que elas queriam. Algumas queriam que a democracia levasse direto ao socialismo; outras, a uma economia de mercado perfeita; outras, a uma sociedade sem pobreza e violência; outras, que a democracia as levasse para a classe média. E está levando muito tempo para chegar: uma parte da construção da nossa democracia foi feita em um momento extraordinariamente complicado, de hiperinflação, no qual se frustram todas as possibilidades. Quando acabou a inflação, uma parte da população conseguiu ir para a classe média. Isso é um lado bom do atual ambiente. Só existe democracia sólida onde a classe média é dominante. Porque ela tem duas virtudes democráticas. A primeira é que ela não é pobre, não depende do governo para coisas básicas, tem capacidade de se sustentar. A segunda é que, como se sustenta do salário, precisa de previsibilidade, de qualidade de governo, o imposto não pode ser muito alto, a escola tem de ser boa para os filhos, porque só se consegue ter rendimento com boa qualificação. Ela demanda boas coisas da sociedade e do governo. Então, o debate hoje é quase todo ele alienado. De um lado, tem focos ideológicos que não pensam com a razão, e, de outro, uma maioria despolitizada e desinteressada.

Até mesmo os jovens. Sobretudo os jovens. Eu converso muito com o jovem. Eu tenho por alguma razão uma capacidade de atração, tanto no Twitter que eu faço, como no blog. Quando eu escrevia para a *Vêja*, tinha muitos estudantes que me liam. Sempre que vou fazer palestra para estudantes, tem um momento que se repete. Chega um jovem para mim e diz: “Pô, mas a sua geração teve todas as causas, pra lutar, a minha não tem nenhuma causa”. Eu digo: “Caramba, a sua tem muito mais que a minha! A minha só tinha algumas coisas pra fazer”.

Esta geração tem a causa da sustentabilidade, para começo de conversa... Pois é, tem a causa climática, tem um problema de degradação generalizada das instituições educacionais no mundo inteiro, que não são mais compatíveis com as mudanças que o mundo está sofrendo. Tem a causa da integração social – o século XX foi o século das guerras étnicas, o Brasil é um país racista, os EUA continuam tendo barreira racista –, a situação da mulher está longe de ser resolvida, e não só nos países islâmicos.

E o jovem não enxerga essas causas todas? Eu já encontrei meninas que acham que o feminismo já resolveu os problemas. Encontro muita gente que diz que no Brasil não tem racismo. Gente que diz que a questão climática é muito importante, mas acha que a tecnologia vai acabar resolvendo. Uma ideia *deus ex machina*. Mas nem todo mundo é assim, o crescimento do movimento social e do voluntariado no Brasil é muito auspicioso, porque mostra que tem uma parcela da juventude se associando a uma parte de pessoas mais maduras – as ONGs têm todas as faixas de idade – mobilizadas para resolver problemas. Isso para enfrentar temas específicos. Aí falta fazer as conexões, politizar da maneira correta. As pessoas acham que politizar é partidizar ou ideologizar, e não é.

O que é exatamente isso que chamamos de “politizar”? Politizar é transformar numa questão pública, de ação coletiva. Quando você politiza, você socializa. Diz o seguinte: não é o problema de uma pessoa, de um partido, de uma liderança, e, sim, da sociedade. Então vou constituir lideranças que entendam como tal e não que queiram apropriar-se disso e depois dizer que me deu alguma coisa. Não me deram nada, nem a ninguém no Brasil. Foi tudo conquistado. Essa confusão que se está fazendo no Brasil de novo, o retorno do populismo, é uma coisa complicada. Politizar é coletivizar e saber que tem interesses em jogo, ou seja, saber que toda política é uma ação de interesses – que podem até ser gerais, bons, mas a maior parte da ação política é uma ação egoísta. Se eu faço, demandando um benefício que é pra mim. Se esse benefício é coletivizado, ótimo, mas quero pra mim. Tem de ter noção de que a política é um confronto de interesses. O movimento social é a grande esperança da repolitização adequada do Brasil, mas é muito fragmentado, não faz as conexões, compete com ele mesmo e se enfraquece diante do adversário.

Já temos oito anos de um governo Lula e a possibilidade bem real de mais quatro com Dilma (Rousseff), ou seja, poderão ser 12 anos seguidos com muitos integrantes oriundos dos movimentos sociais participando da máquina do governo. Isso seria uma das causas da perda de qualidade do debate? Isso é muito ruim, porque o movimento social, diferentemente do partido político, não é feito para ir para o governo. É feito para dar a voz à sociedade. Quando vai para o governo ou se atrela a ele, esse processo de cooptação desvirtua o movimento. Ele passa a ser mais parcial do que era no passado, quando era só movimento social, então perde inclusive a capacidade de diálogo coletivo, de influência democrática, ele começa a ficar intolerante com a diversidade de opiniões. E a riqueza do movimento social é exatamente a diversidade, por isso é que ele é criativo.

Há quem argumente que essa é uma forma de modificar o governo por dentro, de fazer as causas se tornarem mais executáveis. É claro que faz parte da vida de um movimento social a ideia de ir se institucionalizando. O caminho mais velho, na minha opinião, é se institucionalizar como partido político. Acho que partido político é um dos males da política atual. Penso o contrário dos meus colegas cientistas políticos: eles acham que é preciso fortalecer os partidos, eu acho que tem que acabar com eles. Porque é uma velha tecnologia institucional para um tipo de política que não tem mais cabimento, a da representação estreita. Com a tecnologia de interação, com a riqueza de interatividade que tenho hoje com a circulação de informações, não preciso de partido para agregar meus interesses. Não preciso de um partido para dizer qual é o programa que devo seguir. Partido hoje é uma camisa de força, é fonte de corrupção e de cooptação.

Mas o que entraria no lugar dos partidos? A gente tem que mudar essa ideia de representação. Temos de fazer uma síntese tecnológica, um retorno tecnológico à democracia grega. No caso da Grécia, era uma democracia elitista, só os cidadãos homens participavam da Ágora, da grande assembleia – as mulheres ficavam em casa cuidando da religião e da economia, e os estrangeiros, os metecos, cuidavam do comércio. Enquanto isso, os cidadãos “branquinhos” da Grécia ficavam deliberando sobre as questões de guerra, paz etc. Mas, com o crescimento demográfico, isso começou a ficar impossível para até mesmo os cidadãos homens e nativos participarem, e se criou a ideia da representação. Agora, a tecnologia nos permite fazer a Ágora eletrônica com a participação de todos. O que precisamos aprender é como essa tecnologia que já está produzindo um diálogo muito mais democrático no Twitter, muito mais criativo, criando comunidades muito mais orgânicas no Facebook do que em qualquer partido, como eu politizo isso? Como uso essa tecnologia para produzir decisões políticas?

Mesmo com a exclusão digital no Brasil? A exclusão digital se resolve com facilidade, a exclusão digital é resultado da existência de partidos, da existência de governos que acham que têm de dar coisas. O que precisamos é revolucionar a política, da mesma maneira que estamos revolucionando o nosso relacionamento social, a maneira como produzimos coisas, a maneira como nos comunicamos! Estamos passando por uma transformação científica e tecnológica que está mudando o paradigma de tudo, da medicina, do jornalismo, da ciência social, das comunicações, da logística, tudo. Menos da política! Você pega um político no Twitter e é a coisa mais, com o perdão da expressão, babaca que tem no Twitter. São pouquíssimos os que sabem usar aquilo, porque não estão acostumados a dialogar.

Como é “saber usar o Twitter”? Primeiro, usar sabendo onde você tá, conhecendo o meio. Não poder ser um twitteiro eventual, que aparece lá na campanha, dá uns pitocos, depois sai. Tem que ser um twitteiro que faz política. Segundo, tem que estar ciente dos *trending topics*. Do que tá rolando, do que tá bombando, e ter alguma coisa para dizer à maioria daquela população que está lá discutindo essas coisas. Terceiro, você tem que interagir e ser autêntico, quer dizer, não adianta mandar seu assessor de imprensa fazer twittinhos muito bonitinhos de 140 caracteres que você lê e diz: “Putz, maior artificialismo, hein?”

Ou seja, abre espaço para o político que seja verdadeiro, autêntico? (mais em reportagem à pág. 34) Esse tipo de comunicação exige que você seja espontâneo e verdadeiro. Claro que tem falsidades, homem que passa por mulher e vice-versa, mas essa é a parte banal da história. A parte fundamental é a das pessoas que estão ali. E é preciso levar em consideração o seguinte: não adianta saber se tenho mil ou cem mil seguidores, essa disputa narcisista pelo número de seguidores já desapareceu. Todos estão te seguindo, porque você aparece na *timeline* de todo mundo. As pessoas se interessam por você se você tiver algo interessante a dizer a elas. O Twitter não é diferente da sociedade, ele também tem uma maioria silenciosa. Setenta por cento dos twitteiros não twittam, eles ficam ali prestando atenção no que você está falando, absorvendo informação. Isso é igualzinho ao processo social. Tem uma minoria ativa, que participa, que debate, que faz tudo, e uma maioria passiva, silenciosa, que presta atenção e tem um poder danado, é ela que compra, que vota, ela é a maioria. Os ativos sempre foram e sempre serão a minoria. Como é que se atinge essa maioria silenciosa? Tem que ter algo a dizer; então acho que o conteúdo de informação que um político precisará no futuro para convencer um eleitor será muito maior por causa disso, porque esse eleitor estará treinado numa conversa na rede social que é completamente diferente da conversa que ele tem com o político. Isso é parte desse processo

revolucionário pelo qual estamos passando. Estamos discutindo uma política que já morreu. E para não dizerem que não presto atenção às coisas que desmentem as minhas hipóteses, hoje (18 de agosto), no debate promovido pelo UOL, na rede social, na internet, ele foi *trending topic* número 1 durante um momento no mundo inteiro, e no Brasil nem se fala. A comunidade digitalizada estava completamente interessada no debate político.

Quer dizer, tem uma política viva no meio digital. Tem uma coisa para captar aí, sim. Eu assisti ao debate e vi que os candidatos são analógicos, mas os ouvintes eram digitais. Há um descolamento. Todos eles, na hora do debate, falam um pro outro. E não para a audiência, é como se ela realmente fosse um público espectador. Eles não têm a noção da interatividade.

Nestas eleições, previa-se que a entrada de uma candidata como Marina Silva apimentaria a campanha ao colocar em pauta questões inovadoras, provocativas, e que ampliariam as discussões sobre velhos modelos de desenvolvimento. Por que, até agora, isso parece não ter emplacado? Por três razões principais. Primeiro, porque tem uma regra hoje que chamo de anti-Collor, que conspira contra a emergência de uma nova liderança nas disputas presidenciais, regra pela qual se passou a dar na televisão um tempo proporcional à bancada que foi eleita na eleição anterior. Isso transforma as lideranças em lideranças velhas, é uma regra que faz olhar pelo retrovisor. Então, se nesse espaço de oito anos surgiram novas lideranças que não estão incorporadas a essas velhas estruturas partidárias, e nem querem se incorporar porque estas são viciadas, a regra não permite que essa personalidade aflore.

Mas a campanha na televisão começou ontem (17 de agosto)... Pois é, mas antes você tem problema de acesso por causa de dinheiro, e as regras para entrevistas acabam sendo similares. A Marina só teve chance de aparecer nas entrevistas. A segunda razão é que a estrutura da campanha no Brasil é muito amarrada. Então a campanha foi antecipada pelo Lula, que feriu todas as regras, foi multado e não se importou, aí o PSDB começou a reagir, mas o (José) Serra demorou a entrar, porque estava naquela questão de decidir o vice, com Aécio e tal. E, quando entrou, também começou a usar os recursos para se antecipar na campanha. E a Marina não tem muito recurso para fazer isso. Então, na pré-campanha havia uma certa desigualdade e, na campanha, tem uma desigualdade clara, por causa da distribuição do tempo. Se no começo do ano eleitoral todo mundo que fosse candidato pudesse fazer campanha, seria ótimo, democrático, cada um vai à luta, procura chamar a atenção dos repórteres, produz fatos, eventos. A terceira razão é que a internet aparentemente não teve nesta eleição o efeito que terá no futuro e que teve na eleição do (Barack) Obama e, antes, na eleição do Tony Blair, na Inglaterra. Porque era a única chance de Marina de romper com a regra do tempo desigual. Hoje há cerca de 70 milhões de brasileiros plugados e, se imaginarmos que cada brasileiro “digital” – vamos chamar assim – tenha dois amigos,

ou parentes, ou colegas de trabalho com os quais conversa sobre o que vê no mundo digital, você tem aí quase todo o eleitorado brasileiro coberto. A influência da internet não tem mais a ver com o fato de que tem menos gente plugada do que temos eleitores. E a decisão de votar se faz muito no ambiente de trabalho, no ambiente de escola e no ambiente familiar.

Mas tem uma exclusão muito grande, se a gente pegar o interior do Nordeste, do Norte, não é? Essas são áreas muito rarefeitas do ponto de vista eleitoral. O eleitorado urbano brasileiro... se você pegar os colégios eleitorais no Sul, mais Rio, Minas, e São Paulo, no Sudeste, mais Bahia, Goiás, Pará, a maioria do eleitorado tá. Então, a internet não teve o efeito que provavelmente terá na próxima eleição (2014). Por outro lado, a Marina não conseguiu um discurso diferenciador que rompesse com essa polarização Serra-Dilma.

Sim, até agora a gente falou de formatos, de mídias. Mas, em relação a conteúdo mesmo, sobre o que ela pensa, por que isso ainda não emplacou? Não tem conteúdo, o que estamos vendo aqui é um Fla-Flu, um Corinthians vs. Palmeiras! Isso aqui é uma velha rivalidade que se está reproduzindo no cenário eleitoral. Ninguém tá olhando para questões substantivas, para o futuro do Brasil, para a discussão programática. Aí você chega lá com um Botafoguinho, com um programa diferente, querendo discutir ideias. Vão te dizer: “Tudo bem, pode discutir ideias, mas nós vamos ficar aqui com a rivalidade, porque ela é que dá lobo”. Enquanto não tiver um processo de mobilização que permita romper com isso, chegar ao eleitor de outra forma, esvaziar o estádio e chamar o povo pra rua, vai continuar sendo uma briga de estádio. Agora, a Marina teve influência, porque está de qualquer forma forçando o Serra e a Dilma a entrar em temas que eles provavelmente não entrariam olhando as pesquisas.

Será que está mesmo? Parece que os outros estão ignorando a temática da sustentabilidade. De vez em quando ela suscita neles a necessidade de dizerem alguma coisa a respeito de mudança climática etc. Tem outra questão: a mídia carimbou a Marina como candidata de uma nota só, e acho que ela não conseguiu sair da defesa muito abstrata do fato de que o ambientalismo não é mais uma questão de facção, ou de um setor do governo, ou de um setor da sociedade. Com a ameaça da mudança climática ao abastecimento de água, à produção de alimentos, ela passou a ser o centro de informação de qualquer decisão governamental. Os impactos já estão acontecendo e estão associados à melhoria da qualidade de vida, e à saúde das empresas.

Sim, mas tenho a impressão de que isso não transparece quando ela vai a público, falta uma ligação entre o meio ambiente e tudo isso que é muito real, como comida, enchente etc. É, eu acho a campanha da Marina muito intelectualizada. Talvez essa seja uma tentativa para não cair no populismo.

Mas entre o intelectualismo e o populismo tem um caminho do meio que é o popular, certo? Claro, é preciso explicar para as pessoas que, em um governo sem essa preocupação, elas estão ameaçadas de perder o próprio bem-estar, o emprego, a renda, e tudo o mais.

A PÁGINA22 defende um modelo econômico alinhado com a sustentabilidade e, mesmo assim, faz questão de perguntar: como se pode garantir que as demandas sociais de curto prazo serão atendidas a contento no novo modelo de desenvolvimento proposto, que nunca foi testado em escala nacional? Um modelo que exige altas doses de inovação, investimento em pesquisa & desenvolvimento e até mesmo um novo arcabouço macroeconômico, que tenha outros indicadores de riqueza em substituição ao PIB? Essa é uma pergunta boa, mas tem resposta. Para alguns países, fazer a transição para uma economia de baixo carbono é um sacrifício, porque eles têm um problema numa escala tal e com uma oferta de recursos sustentáveis mais complicada. É o caso da Índia, da China, que já destruíram parte considerável da água que tinham, que têm matriz energética muito baseada em carvão. Para eles, é muito difícil substituir rapidamente as termoelétricas a carvão, por exemplo, por fontes que não sejam usinas nucleares, em termos de escala. As escolhas ficam complicadas, porque as usinas nucleares são muito caras para um país como a Índia e é uma tecnologia sobre a qual não terão domínio.

O caso do Brasil é completamente diferente, porque é o único grande país emergente que pode fazer uma transição indolor e altamente competitiva para a economia de baixo carbono. O governo Lula a sujou bastante com carvão, mas a nossa matriz energética é relativamente limpa; temos muita biodiversidade que pode dar base a uma bioindústria bastante complexa em cada um dos biomas; e essas coisas geram emprego, mas implicam um investimento em ciência e tecnologia no qual estamos atrasados, mais que a Índia e a China. O Brasil teria que parar de tentar fazer a mesma educação e fazer uma revolução educacional. O Brasil está precisando de mais ousadia, virou um país muito mais do mesmo.


Não teria que resolver primeiro esse problema da educação? Mas essas coisas você pode fazer simultaneamente. A gente dominou algumas tecnologias que nos dão aí 10, 15 anos de possibilidade. O etanol brasileiro, embora tenha muito problema, trabalho escravo etc., já mudou bastante, e chamar o empresário à responsabilidade não é difícil. Mais o fato de que zerar o desmatamento já reduz fortemente nossas emissões. Essa preocupação (da pergunta) é correta, mas o Brasil pode fazer. A ideia de que a economia verde significa decrescer, ou parar de crescer, está errada. Agora, vou criar empregos verdes na mesma velocidade que

destruo os fósseis e permitir que estes empregados transitem para o verde com a rapidez necessária para não ficarem muito tempo desempregados? Isso varia de país para país. Os EUA passaram por uma grande revolução na economia na virada dos anos 80. Destruíram algo como 75 milhões de postos de trabalho e criaram quase 100 milhões de postos novos. Durante três ou quatro anos, a taxa de desemprego foi muito alta, mas, depois que terminou esse processo, mais da metade dos postos de trabalho nos EUA tornaram-se um tipo de emprego que não existia antes.

Então tem um período de sacrifício? Depende da economia. No caso da brasileira, o emprego fóssil dominante está em áreas muito decadentes, que não estão gerando mais emprego, ou geram um emprego de cada vez mais baixa qualidade. Por exemplo, o transporte rodoviário: os caminhoneiros não dormem, recebem um pagamento ridículo por carga transportada que não lhes permite nem sobreviver direito nem fazer a manutenção de seus

caminhões, e há muito acidentes por causa disso. Motoristas de ônibus ficam em pé para não dormir. Eu posso pegar esse motorista de ônibus a diesel, com todos os problemas que esse ônibus tem – perto do motor, a cabine é muito quente –, e colocá-lo em um ônibus elétrico, onde ele terá mais qualidade de vida, mas terá de ser retreinado. No caso do Brasil, a construção da economia verde vai gerar emprego provavelmente

na mesma proporção que excluirá emprego fóssil. A defasagem de tempo será muito pequena, se houver.

Tem algum estudo que indica isso? Tem muito pouca gente estudando o emprego verde, porque ele é uma novidade, parte dele depende de mudanças tecnológicas que ainda estão no *pipeline*. Nós estamos nos movendo para uma economia de outro tipo de emprego. E esse novo tipo de emprego implica dois novos tipos de qualificação. O empregado precisa se atualizar para trabalhar nas novas tecnologias, e ele tem de ser treinado também para aprender um ofício novo rapidamente. E isso você começa a aprender lá na escola fundamental. Então temos de mudar toda a estrutura educacional. Alexander Gerschenkron (*historiador e economista russo*) escreveu um livro bastante interessante muitos anos atrás que falava sobre “as vantagens do atraso”. O livro evidentemente está obsoleto, mas a frase é cada vez mais atual. Ou seja, já que não fez, faz tudo revolucionário, não repete os erros do passado. O Brasil tem muita vantagem no atraso. A nossa educação é tão atrasada, que a gente podia jogar tudo fora e virá-la de ponta-cabeça. Partir realmente do novo e não tentar fazer a estrutura de modernidade que já é decadente lá nos EUA. O Brasil tem uma visão completamente ultrapassada de si mesmo e do que será o século XXI. Se fizermos um excelente país do século XX, seremos o país mais atrasado do século XXI. 

“ Isso aqui é um Fla-Flu, uma velha rivalidade que se reproduz no cenário eleitoral. Ninguém está olhando para questões substantivas ”

O fermento impossível



Sabe-se que o crescimento econômico perpétuo é uma impossibilidade. No entanto, **trata-se de uma arapuca política**. No Brasil, o debate

física, ambientalmente insustentável, com benefícios sociais duvidosos. sobre a qualidade do crescimento esbarra na euforia do consumo

por Carolina Derivi # FOTOS Bruno Bernardi

Do nascimento à maturidade, um hamster dobra o seu peso a cada semana. Se não parasse de crescer até certo ponto, o roedor celebraria o seu primeiro aniversário como um “rato-zilla” de 9 bilhões de toneladas, capaz de engolir toda a produção mundial de milho em um único dia e ainda continuar com fome.

A história do hamster impossível é uma criação do *think tank* britânico New Economics Foundation (NEF), para ilustrar uma suspeita que tem passado quase despercebida para a humanidade nas últimas décadas: deve

ainda dependem de energia e matéria-prima, dois elementos proporcionados pelos recursos naturais. Qualquer cientista atestará que muitos desses recursos são renováveis, mas nenhum deles é inesgotável.

A segunda recordação importante é que, não faz muito tempo, a humanidade tinha outro entendimento de seu projeto econômico. Até a virada do século XIX para o século XX, a ideia de

não cabe a ninguém julgar a natureza das aspirações dos indivíduos. Portanto, os desejos humanos são infinitos. Sob esse ponto de vista, o sistema econômico só tem que crescer”.

Assim, nas palavras de Tim Jackson, diretor de economia da Comissão Europeia pelo Desenvolvimento Sustentável e autor do livro *Prosperity Without Growth*, o aumento da produção e do consumo tornou-se “o ponto mais im-

demandas sociais e ambientais.”

A perspectiva predominante no século XX foi a de que todos os outros elementos do progresso social viriam a reboque. E esse é o motivo pelo qual você nem precisa ser um simpatizante da causa ambiental para desconfiar do crescimento econômico perpétuo.

Da metáfora do bolo que precisa fermentar primeiro para depois ser fatiado, de Delfim Netto, até os modelos

crescimento global, entre 1990 e 2001, apenas US\$ 0,60 chegaram ao bolso dos mais pobres. Isso significa que, para todo esse grupo tornar-se apenas US\$ 1 menos pobre, é preciso expandir a produção e o consumo em US\$ 166 [1].

Considerando-se que 60% dos ecossistemas já se encontram degradados, é o caso de perguntar se o planeta terá capacidade de tornar os ricos ainda mais

Período de excepcionais taxas de crescimento ocorrido no Brasil durante a ditadura militar, especialmente entre 1969 e 1973

com que eu aproveite ou não o crescimento para reverter em desenvolvimento”.

Para Veiga, o exemplo mais significativo de que não há correlação automática entre um e outro está aqui mesmo no Brasil. Entre as dez maiores economias do mundo, o País foi o campeão de aumento do PIB durante quase um século, especialmente durante o **Milagre Econômico**. “Isso só causou mais concentração de renda e essas aglomerações urbanas que são o nosso maior problema para o futuro”, diz o professor. No entanto, a partir da década de 80, o País cresceu

Entre 1990 e 2001, a cada US\$ 100 de foram para os mais pobres. Combate

crescimento global, apenas US\$ 0,60 a desigualdades requer outras ações



haver um motivo bastante razoável, segundo o qual, na natureza, nada cresce indefinidamente. Então, pergunta a NEF, por que se acredita que a economia pode crescer para sempre em um planeta finito?

Essa é uma pergunta que se vem anunciando timidamente desde os anos 1970, mas que em tempos de crise climática começa a ganhar ressonância no interior da economia e de outras ciências, humanas ou exatas. Em larga medida, o questionamento tem mais a ver com lembrar do que com inovar. Por virtuais que se tenham tornado os mercados, as atividades econômicas

um estado estacionário estava presente no pensamento clássico dominante. Expandiríamos a economia até o ponto em que todos os cidadãos tivessem garantidas as condições materiais para uma vida digna e gratificante. Missão espinhosa, talvez, mas pelo menos havia um limite no horizonte.

Na empolgação do progresso industrial, os patronos da economia neoclássica reinterpretaram o combinado, como explica Ricardo Abramovay, professor titular do Departamento de Economia da FEA-USP e coordenador do Núcleo de Economia Socioambiental: “A base desse novo raciocínio é que

portante da agenda política mundial”. Na atual macroeconomia, diz Jackson em entrevista exclusiva a PÁGINA22, o crescimento confunde-se com a estabilidade econômica, que por sua vez garante estabilidade social.

Aparentemente, nenhum governante gostaria de arriscar um caminho alternativo, sob a ameaça de elevar o desemprego e receber um golpe mortal nas urnas. “Os governos têm um papel legítimo de buscar o crescimento. Mas faz você pensar sobre qual é o sentido desse sistema quando esse ponto se eleva na agenda de prioridades mesmo quanto entra em conflito com outras

econômicos de Simon Kuznets, um dos criadores do PIB, o aumento das desigualdades socioeconômicas foi encarado como dores do parto do desenvolvimento. Depois de certo tempo, com a expansão constante das atividades, o problema atingiria um platô e começaria a desaparecer automaticamente. Bem, não funcionou assim.

A economia global tem hoje quase cinco vezes o tamanho de 50 anos atrás. Se continuar no mesmo ritmo, terá 80 vezes esse tamanho ao final do século XXI. Ainda assim, 45% da população mundial vive com menos de US\$ 2 por dia. Em verdade, a cada US\$ 100 do

ricos até que se verifique algum resultado expressivo na redução da pobreza.

TOME NOTA

1 Para saber mais, confira o relatório *Growth Isn't Working*, em inglês, disponível para download em www.neweconomics.org/publications

No interior das nações, os efeitos do crescimento econômico para a redução das desigualdades foram os mais variados, diz José Eli da Veiga, também professor da FEA-USP e especialista em ecodevelopimento: “Tem de tudo. País que cresceu sem distribuir, ou distribuiu crescendo pouco, ou cresceu muito distribuindo muito. São as instituições e o sistema de regras que vão fazer

majoritariamente a taxas pífias, mas se desenvolveu como nunca.

Uma das ideias mais equivocadas do pensamento político e econômico, segundo Abramovay, é o *trickle down*, ou gotejamento. De acordo com essa perspectiva, pouco importa que os governos contribuam com a concentração de renda, distribuindo subsídios e benefícios fraternais às fatias mais abastadas da sociedade. Esses atores investiriam na infraestrutura dos negócios, produziriam mais bens a preços acessíveis, gerariam empregos e eventualmente toda a população seria incluída no progresso. Os críticos do

No jogo eleitoral, o ineditismo de propostas socioambientais perde pontos diante de velhas receitas

mecanismo apontam que, sem outras políticas ligadas à redistribuição de renda e à seguridade social, os benefícios disseminados não são garantidos.

São muitas as evidências de que o desenvolvimento se dá por um conjunto de políticas aliadas ao desempenho econômico. Não há combustão espontânea. No entanto, o imperativo de crescer por crescer ainda é uma espécie de arapuca política, na qual governos de países ricos ou pobres permanecem enroscados.

O juramento

“Estamos aprisionados pelo nosso próprio juramento político hipócrita: entregar ao eleitorado mais gostosuras que qualquer outro candidato”, disse certa vez o congressista britânico Colin Challen. Seu desabafo ecoa a máxima de James Carville, marqueteiro da campanha de Bill Clinton, em 1992, para quem “é (sempre) a economia, estúpido”, que move as escolhas políticas dos cidadãos.

Segundo o cientista político Antonio Lavareda, especialista em *marketing* eleitoral com mais de 70 eleições no currículo, a literatura especializada não se cansa de apontar os *big two* no radar do eleitor: inflação e desemprego. Isso significa que as pessoas tendem a se preocupar prioritariamente com sua própria estabilidade financeira e poder de compra. “A maioria da população não liga para os números do PIB. O mais importante é o bem-estar econômico percebido, o *feel good factor*. Para as classes emergentes, consumo representa a realização de sonhos, como a casa própria.”

Ocorre, no entanto, um interessante reequilíbrio dos valores a partir de um determinado ponto do crescimento,

normalmente identificado entre US\$ 10 mil e US\$ 15 mil de PIB *per capita*. Depois de alcançado esse ponto, o aumento da afluência gera pouco ou nenhum acréscimo em termos do acesso a recursos fundamentais, como saúde e educação, ou para a satisfação geral dos indivíduos com sua própria qualidade de vida.

Apesar do que leva a crer a cultura do consumismo, do luxo e do desperdício, muitas pessoas se dão conta disso e passam a demandar outras melhorias descoladas do crescimento econômico, como cultura, ar limpo, belas paisagens, menos barulho. Não por acaso, diz Claudio Couto, cientista político e professor do Departamento de Administração Pública da Fundação Getulio Vargas, os países em que a agenda da sustentabilidade ambiental encontrou mais aderência política são aqueles com os melhores indicadores socioeconômicos.

A proposta para alguns desses países seria a transição para uma economia em *steady-state* [2]. Significa que as atividades econômicas seriam constantemente aprimoradas, mas sem implicar mais crescimento. O alvo recorrente são os países escandinavos, como Suécia e Noruega, considerados de altíssimo desenvolvimento. Tendo em mente que a biosfera é comum e limitada, o aumento da afluência nessas sociedades estaria apenas usurpando o “espaço ecológico” para que as nações mais pobres também possam se desenvolver.

TOME NOTA

2 Proposta elaborada por Herman Daly, pai da economia ecológica. Para saber mais, leia a entrevista “Design, não desastre” na edição 31 de PÁGINA22

No Canadá, o economista Peter Victor acaba de apresentar um estudo que estima a situação do país caso houvesse

um planejamento para cessar o crescimento até 2025. Surpreendentemente, não consta das projeções de Victor que os portões do inferno se abriam sob as montanhas geladas do Canadá. Na verdade, todos os indicadores sociais apresentam melhora, inclusive o emprego.

“Nesse caso, as multinacionais que querem vender mais celular porque é mais cor-de-rosa, provavelmente não se interessariam. Por outro lado, uma empresa que tem uma inovação que permite trocar energia fóssil por energia renovável acharia que o Canadá é o melhor país para vender. Você não precisa se isolar do mundo, apenas se concentrar em mercados mais alinhados com o projeto de desenvolvimento”, explica Veiga.

É no “meião” do mundo, como diz o professor, que a coisa se complica. A maioria dos países considerados de médio e alto desenvolvimento, como o Brasil, ainda não pode se desprender do crescimento. A explicação vem da tríade pobreza, desigualdade social

e demografia em transformação. No mínimo, é preciso expandir as oportunidades para incluir o aumento populacional, embora o Brasil esteja caminhando para a estabilidade nesse quesito. O crescimento econômico também aumenta a arrecadação, o que, em tese, aprimora a capacidade do governo de aliviar a pobreza por meio de programas sociais.

Mas isso não significa que não se possa discutir a qualidade desse crescimento, ou seja, quais são as consequências socioambientais desejáveis do aumento da riqueza do país. “Você pode abrir uma estrada como a BR-319 no meio da Amazônia ou pode investir em saneamento básico, por exemplo. Ambos vão aparecer no PIB. É questão de escolha”, diz Veiga.

A ordem dos fatores

Podem parecer frustrante para os defensores de uma nova economia verde que as diferentes demandas sociais ainda sejam consideradas em ordem li-

near: primeiro a pobreza, depois o meio ambiente. Especialmente quando se sabe que as consequências da mudança do clima, por exemplo, devem se abater com fúria maior sobre as populações socialmente mais vulneráveis.

Para Lavareda, isso tem a ver com o ineditismo das propostas que desejam unir os dois elos do socioambiental: “Trata-se de uma nova terminologia, um repertório conceitual que ainda não foi decodificado, embora as pessoas estejam acompanhando essa questão na TV. Se houvesse uma pesquisa para saber se as propostas de Marina Silva são consideradas importantes, certamente mais de 90% diriam que sim. Mas isso ainda não tem centralidade. O problema da miséria ocupa todo o ‘espaço da compaixão’ atualmente”.

Claudio Couto inclui ainda a perspectiva de longo prazo que, sob o ponto de vista eleitoral, seria um inconveniente. “Mesmo com os problemas ambientais mais imediatos, como a poluição do ar nas cidades, é possível

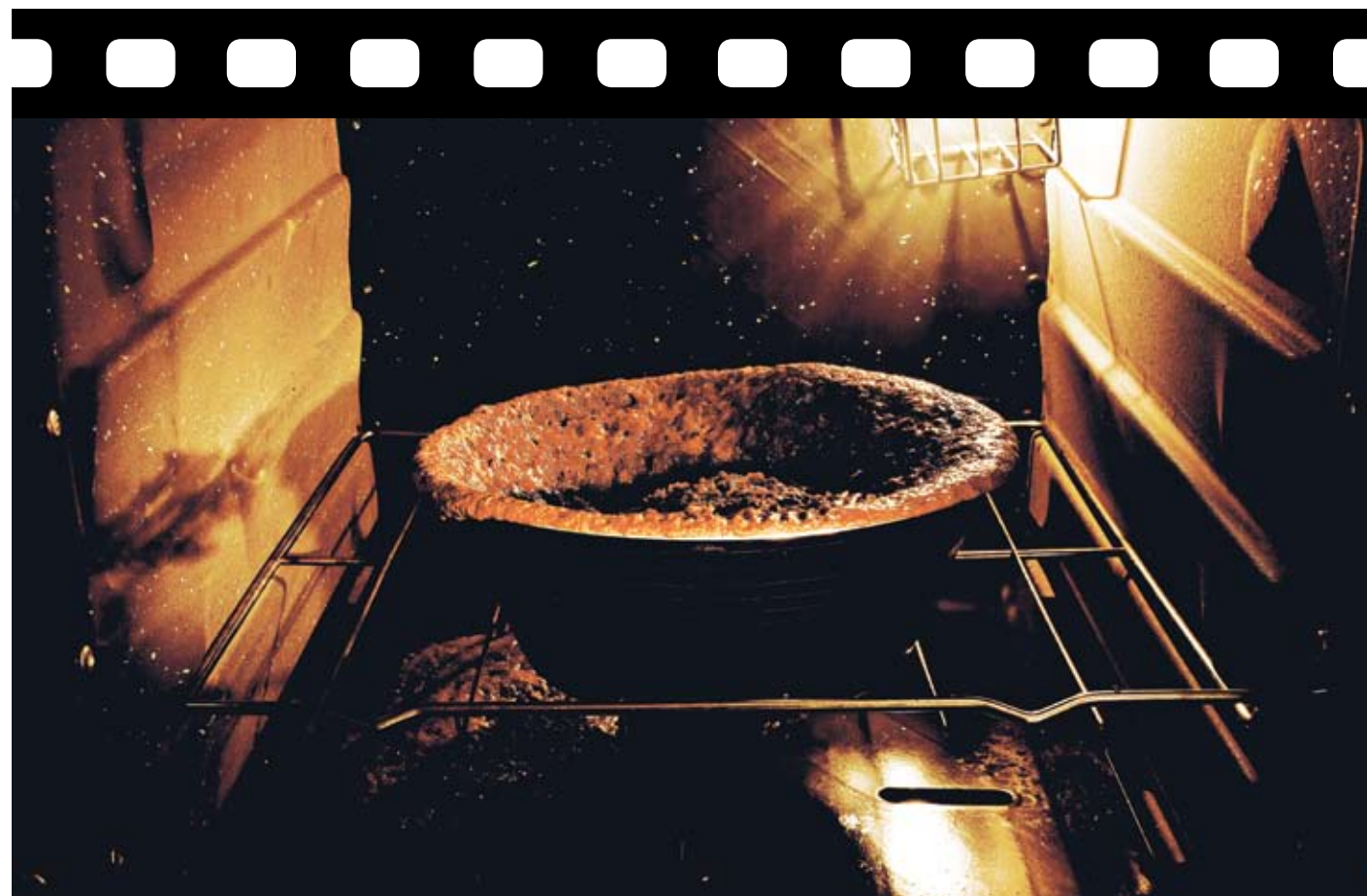
viver. Sem emprego, não.” Segundo o professor, historicamente, as únicas situações em que o voto econômico não prevalece é com a emergência de eventos dramáticos, como um desastre ambiental de grandes proporções, por exemplo, ou a existência de governos absurdamente corruptos.

Novamente, é possível considerar que a mesma tendência observada nos países de altíssimo desenvolvimento se reproduz no Brasil em escala menor. “O eleitorado de Marina Silva é essa classe média progressista que há muito tempo está com seu problema econômico básico resolvido. Na hora que o crescimento estiver garantido, assim como lá atrás a estabilidade monetária foi garantida, o eleitor vai se preocupar com outras coisas também. Só que a gente ainda está num ciclo de fruição desses ganhos econômicos que há muito tempo não se via. Não sabemos quanto tempo esse ciclo vai durar”, considera Couto.

Segundo Lavareda, a grande expectativa para esta e as próximas eleições é como deve se comportar essa nova classe C, que hoje corresponde a quase 90 milhões de brasileiros e 50% da renda nacional. É possível que sigam premiando as políticas bem-sucedidas em aumentar o poder de consumo. Mas também é possível que, uma vez acostumados à nova situação econômica, incorporem os valores daquela parcela da classe média que se volta para atributos imateriais.

Para José Eli da Veiga, ainda que a população brasileira não esteja preparada para discutir alternativas de desenvolvimento, nenhum presidente eleito poderá evitar essas questões, no mínimo, pressionado pelo mercado internacional. Como quase tudo em matéria de sustentabilidade, trata-se de uma aposta. A de que não se pode escapar do futuro. [2]

Na versão digital desta reportagem em www.fgv.br/ces/pagina22, assista ao vídeo do debate entre José Eli da Veiga e André Lara Resende, no lançamento do livro *O que os economistas pensam sobre sustentabilidade*, de Ricardo Arnt. Confira também o *podcast* com os comentários de Ricardo Abramovay.



Sr. (a). presidente

PÁGINA22 colheu propostas da academia, do setor privado e das ONGs **para uma gestão mais sustentável**

POR Amália Safatle, Eli Ridolfi, Maristela Bernardo e Sílvia Marcuzzo

Como forma de contribuir para uma gestão socioambiental do novo governo, PÁGINA22 levantou oito questões nevrálgicas da sustentabilidade que requerem um envolvimento direto do poder público, são transversais a diversos temas fundamentais, mas não chegam a ser detalhadas nas propostas dos candidatos à Presidência da República.

Para cada uma das questões provocadas, convidamos representantes da academia científica, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada a fazer suas proposições. Na maioria dos casos, obtivemos sugestões das três esferas. Veja a seguir.

Aumento da produtividade pecuária



Não parece verdade, mas a produtividade na pecuária brasileira é praticamente a mesma nos últimos 40 anos. A média é de 0,9 cabeça de gado por hectare. Só para comparar, com menos da metade de nosso rebanho, os Estados Unidos produzem 50% a mais de carne. Investir no aumento da produtividade não só aumenta a renda do produtor, como reduz a pressão por novas pastagens, evitando o desmatamento e a perda de biodiversidade, e diminuindo a emissões de gases-estufa.

Na história brasileira, o aumento da quantidade de carne produzida se deu com a expansão das áreas de pastagens, e não pelo incremento da produção por hectare, explica o professor Carlos Clemente Cerri, da USP de Piracicaba. “Precisamos mudar esse modelo. Os meios para o aumento da produtividade já existem, mas precisam ser levados até os produtores”, propõe.

Uma das técnicas mais conhecidas para isso é o melhoramento das pastagens, com o uso de fertilizantes e calcário e a eliminação de ervas daninhas. Em algumas regiões do País, os pastos estão tão degradados que a produção não ultrapassa 0,3 cabeça por hectare.

“Com um simples manejo de pastagem e adubação, podemos chegar a um sistema com duas ou até três cabeças”, diz o zootecnista Rafael Ribeiro de Lima Filho, da consultoria em agronegócio Scot. Um estudo da empresa identificou, da década de 70 até os dias de hoje, uma queda de 55% no valor da arroba do boi

gordo, fato atribuído principalmente ao modelo de criação adotado.

Outras técnicas consistem no melhoramento genético, com a produção de espécies de melhor qualidade, e o sistema de confinamento, no qual, depois de pastar por um tempo, os animais são reservados num espaço onde recebem alimentação balanceada. Como o gado se desenvolve mais rápido, seu tempo de vida para o abate diminui, o que acaba reduzindo suas emissões de gases-estufa.

O sistema, no entanto, só é viável economicamente quando a propriedade tem condições de produzir sua própria ração ou está próxima de algum centro produtor. Sem essas condições, a alternativa mais recomendada é a integração pasto-lavoura, na qual o mesmo espaço serve à pastagem e, nas épocas de confinamento, ao cultivo da alimentação dos animais.

“Para que todas essas técnicas funcionem, precisamos de políticas públicas que as sustentem em larga escala, por meio de subsídios, financiamentos e apoio técnico. A assistência já existe, em parte, mas precisa ser intensificada”, recomenda o professor.

O aumento da produtividade na pecuária não pode, no entanto, desconcentrar a ação do governo no controle do desmatamento. Paulo Barreto, pesquisador do Imazon, defende uma fiscalização eficiente, pois muitos produtores veem mais viabilidade em derrubar florestas do que em utilizar os territórios já devastados.

Zoneamento Ecológico-Econômico



“Tirar os projetos da gaveta.” Esta é a primeira tarefa que Michael Becker, coordenador do Programa Pantanal da WWF, acredita ser necessária para que o Brasil permita a transição de uma economia predadora nas florestas e no campo para um modo de produção sustentável. Para os especialistas consultados por PÁGINA22, o **Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE)** continua a ser um dos melhores instrumentos para isso.

José Mendo Mizaél de Souza, um dos fundadores do Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) e hoje consultor da área, acredita que um dos aspectos mais importantes do zoneamento é a base de dados detalhada fornecida pelo estudo dos territórios. Segundo ele, é a credibilidade dessas informações que permite realizar um manejo sustentável em setores como a da mineração. “O ZEE é crucial e deve ser prioridade dos três níveis de governo”, afirma.

Já para o pesquisador da Embrapa Alfredo Homma, o sucesso do zoneamento vai além do planejamento do espaço em si e deve envolver também as políticas implementadas como consequência dele. O desafio do governo não estaria somente em frear o desmatamento, mas promover as áreas desmatadas com uma política agrícola. “Precisamos fazer uma nova pecuária na Amazônia, plantar atividades agrícolas que deem lucro e gerem renda para a população, como o cacaueteiro, a seringueira e o açaizeiro”, afirma.

O grande problema é a concorrência com a pecuária e a agricultura de grãos. Segundo Bruce Nelson, do Departamento de

Ecologia do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), a possibilidade de rápido retorno financeiro na agropecuária acabaria por desestimular outras atividades, como a criação de peixes, o turismo sustentável e a produção de biocosméticos e fitoterápicos. “Os efeitos dessas práticas ainda são muito pequenos e atingem poucas pessoas”, revela.

Para que o ZEE dê certo, segundo Homma, o governo deve mitigar, a partir de subsídios e linhas de crédito, os custos de recuperação dos territórios desmatados. Recuperar terras na Amazônia, por exemplo, custa, em alguns casos, o dobro do que transformar floresta densa em pasto. Além disso, deve-se intensificar a assistência técnica aos produtores por meio de entidades como a Emater e a Embrapa, que têm desenvolvido pesquisas específicas em recuperação de áreas degradadas.

Outro ponto que desperta discussão é a responsabilidade de implantação do ZEE. A confusão de atribuições entre estados e União e a diferença de interesses acabam atrasando muitas das propostas. Para Becker, o nível federal deve fornecer as grandes diretrizes, mas os estados contam com mais condições para operacionalizar o zoneamento. “A União não poderia fazer uma escala apropriada. São os estados que conhecem melhor as realidades locais”, afirma.

No início do ano, o MMA submeteu a consulta a proposta de Macrozoneamento da Amazônia Legal. Entre seus itens estão o controle da pecuária e a criação de Unidades de Conservação. O texto final aguarda a aprovação do presidente Lula.

Consiste em ordenar um território [a Amazônia ou o Pantanal, por exemplo] de acordo com as vocações de cada área, dividindo-as entre atividades como mineração, pecuária ou agricultura familiar.

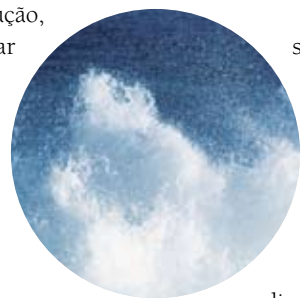
3 Tributos para uma economia de baixo carbono

Para o Brasil se preparar para uma economia do século XXI, de baixo carbono, deve em primeiro lugar aumentar a tributação dos produtos que consomem mais energia e geram alta emissão de gases de efeito estufa, e diminuir os impostos daqueles de maior eficiência energética. A proposta é de Sérgio Leitão, diretor de campanhas do Greenpeace.

Leitão critica os incentivos utilizados pelo governo para aquecer a economia durante a crise de 2008-2009, como a redução de IPI para os setores de material de construção, automóveis e eletrodomésticos – em vez de estimular uma conduta mais sustentável da indústria, como a adoção de práticas de produção mais limpa. Assim, diz ele, o País também perde espaço nos negócios de maior valor agregado, enquanto a Índia fortalece sua condição de fornecedora de tecnologia de informática, e a China expande sua indústria de células fotovoltaicas.

Lá fora, o Brasil até cultiva a imagem de uma economia movida por uma matriz de baixo carbono, por ter como principal fonte a hidreletricidade – considerada por muitos como limpa, embora cause grandes impactos socioambientais – e por usar há mais de 20 anos a cana-de-açúcar para combustível e

na geração de energia para a rede elétrica. Mas, em outros segmentos de energia renovável, o Brasil ainda patina. Além disso, as inovações industriais voltadas para a economia de energia e de materiais são muito tímidas, em franco contraste com o que ocorre na China, na União Europeia, no Japão e nos EUA. A avaliação é de Ricardo Abramovay, professor do Departamento de Economia da FEA e do Instituto de Relações Internacionais da USP.



“O caso mais emblemático é a energia solar, que nem sequer aparece nos planos governamentais. A própria pesquisa universitária em eólicas, que começa a adquirir certa expressão, como resultado dos últimos leilões, ainda é precária”, diz Abramovay, que coordena o Projeto Temático Fapesp sobre Impactos Socioeconômicos das Mudanças Climáticas no Brasil.

Para ele, não basta ampliar o leque de energias limpas. Será fundamental a adoção de práticas que usem cada vez menos energia. Como um péssimo exemplo, ele cita “a insistência do setor de transporte nos veículos com motores a explosão interna”. Outro exemplo do atraso é a intensidade energética da indústria, que não mostra sinais de declínio.

4 Acesso e repartição de benefícios

As regras para acessar os recursos da biodiversidade e dividir de forma justa os benefícios oriundos dessa exploração são um tema espinhoso. Nas negociações internacionais que se dão no âmbito da Convenção da Diversidade Biológica, o que se vê são países desenvolvidos buscando a facilitação do acesso, e os megadiversos – maiores detentores da biodiversidade, como o Brasil – defendendo a regulamentação.

Internamente, também há divergências. Hoje, o que rege o assunto no Brasil

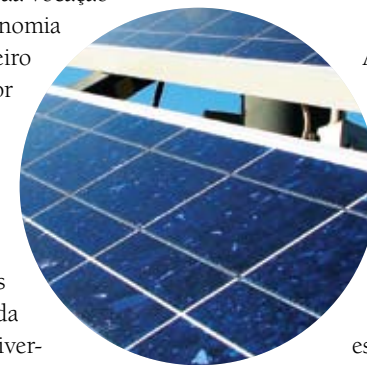
ainda é uma medida provisória de 2001, que apresenta uma série de problemas de concepção e de implementação. A proposta de lei sobre o tema deveria ter sido apresentada na COP 8, em Curitiba, 2006, mas na época foi barrada pelo Ministério da Agricultura. “A lei em vigor não regula bem o setor, não traz benefícios e as autorizações de acesso são difíceis de serem obtidas”, avalia o biólogo Eduardo Vélez, que foi diretor de Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente entre 2003 e 2007.

Vélez defende a criação, no Brasil, de um sistema próprio de financiamento para a área. “Se todos os que utilizam a biodiversidade em produtos industrializados contribuísssem para um Fundo da Biodiversidade, teríamos um mecanismo para implantação de Unidades de Conservação, proteção de espécies ameaçadas, valorização de práticas tradicionais sustentáveis, desenvolvimento de negócios sustentáveis, entre outras ações.” Ele salienta que projetos de fôlego para conservação dependem quase unicamente de doações internacionais.

5 Inovação tecnológica

“O próximo presidente da República tem o compromisso de fazer o País avançar na sua vocação de liderar a transição para uma economia verde”, afirma o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebds), por meio de sua assessoria de imprensa. Para isso, essa coalizão dos maiores grupos empresariais do Brasil, que correspondem a 40% do PIB, considera imprescindível reforçar a vantagem comparativa brasileira no que se refere à matriz energética limpa, intensificando investimentos em energia eólica e solar. Além disso, recomenda enfrentar a questão da mobilidade de maneira diversificada, por meio de investimentos em carros elétricos e na busca da certificação internacional do etanol, “que permita ao produto atingir seu potencial de oferta mundial”.

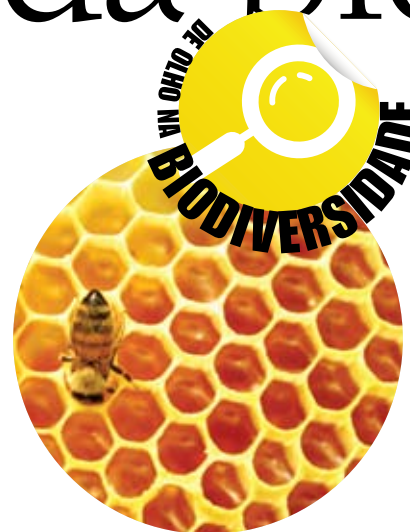
O Cebds vê como urgente a ampliação do investimento em educação e pesquisa, de modo a desenvolver tecnologias que tragam maior eficiência e causem menores impactos na produção agrícola, na produção e consumo de energia, no uso de recursos naturais, no reaproveitamento de materiais e no combate ao desperdício.



Já para o professor do Núcleo de Economia Agrícola e do Meio Ambiente, da Universidade de Campinas (Unicamp), Ademar Ribeiro Romeiro, um passo essencial para o próximo governo é a implementação de um planejamento estratégico para a Amazônia. Ele lembra que essa floresta é responsável pela oferta de importantes serviços ecossistêmicos, e que os conhecimentos científicos acumulados por diversos órgãos de pesquisa nacionais sobre a região já permitem estabelecer um sistema de exploração sustentável, mas ainda é preciso ampliar bastante o investimento em ciência e tecnologia.

Romeiro enfatiza que a inovação tecnológica também deve ser utilizada para a recuperação de áreas degradadas. “O aumento do esforço de pesquisa em energia renovável com base na biomassa é fundamental para viabilizar o aumento da eficiência ecológica de culturas energéticas, juntamente com a recuperação da cobertura florestal natural dentro do espaço agropecuário”, diz.

da biodiversidade



A assessora jurídica da Terra de Direitos, Larissa Packer, diz que a lei de repartição trará vantagens efetivas para as populações tradicionais – grandes conhecedoras da biodiversidade –, se elas puderem opinar sobre a sua utilização. “A população local precisa dar um consentimento prévio, que deve ter uma regulamentação bem definida.” Larissa entende que não é apenas uma pessoa ou uma comunidade que detêm um conhecimento tradicional. “Um componente da diversidade biológica é, muitas vezes, construído por diversas comunidades,

como os conhecimentos associados ao babaçu e ao açaí, na Amazônia.”

Para exemplificar os conflitos dentro do governo sobre o posicionamento do Brasil nessa questão, Larissa cita o caso do sorgo da Tanzânia, que recentemente foi patenteado pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), mas que tem conhecimento tradicional associado a comunidades da Tanzânia. “Ao mesmo tempo que é megadiverso, o Brasil também é um país com imperialismo tupiniquim”, critica a advogada.

Adaptação

Dado que a mudança climática é inevitável, é preciso se preparar para um aumento da temperatura de 2 ou mais graus durante este século, o que traz maior ocorrência de fenômenos meteorológicos e climáticos extremos. O engenheiro Carlos Afonso Nobre, pesquisador do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais e integrante do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC), recomenda, não só ao governo como à sociedade, uma conscientização para mudar atitudes. “No Brasil, o sistema agrícola e as grandes cidades devem buscar estratégias

já, e implementá-las”, aconselha.

Ele cita o caso de São Paulo, onde a temperatura aumentou em mais de 3 graus nos últimos 100 anos. “A primeira medida de adaptação nas cidades é impedir novas ocupações em áreas de risco, sujeitas a inundações, como várzeas de rios e lagos, planícies costeiras e encostas com inclinação superior a 15 graus, e manter ou recompor a vegetação natural”, recomenda.

Com relação à agricultura, Nobre alerta: as projeções atuais indicam diminuição da



à mudança climática

produção da maior parte dos alimentos, principalmente devido a maior ocorrência de eventos extremos, o que causa quebra de safras. Ele diz que os estados do Sul poderiam se tornar produtores de frutas tropicais.

A tecnologia precisa avançar, permitir que culturas fiquem mais tolerantes a secas e a temperaturas mais altas. Um desafio ainda maior, segundo Nobre, será aumentar a diversificação, incorporando a riqueza de produtos da biodiversidade à produção em grande escala, e assim criar “uma verdadeira agricultura tropical brasileira”.

Parte desse cenário já está sendo incorporado por algumas empresas do *agri-business*. Por meio de sua assessoria de imprensa, a Syngenta informa que está investindo cerca de US\$ 1 bilhão por ano em pesquisa & desenvolvimento que atendam aos desafios globais e superem as adversidades das mudanças climáticas.

A empresa informa que já desenvolve variedades de plantas resistentes à escassez de água e **produtos** que aumentam a resistência das culturas, e que estão previstos outros lançamentos globais, destinados a

garantir a produtividade mesmo em condições climáticas adversas.

Uma política de adaptação, na visão do ambientalista Rubens Born, coordenador-adjunto do Vitae Civilis, requer um planejamento para 20, 30 anos, e não para apenas quatro, como faz a maior parte dos governantes. Para as cidades, ele indica a necessidade de pensar no conforto térmico, como maior arborização para amenizar o calor e manter a umidade. No campo, Born salienta a urgência de promover a segurança hídrica.

Um exemplo é um produto que estimula o crescimento das raízes da planta, permitindo maior extração de água em solos mais profundos

Pesquisas apontam que o brasileiro se preocupa com problemas como a escassez de água, a crise energética, o desmatamento, o consumo desenfreado, a poluição atmosférica, o esgotamento de aterros e lixões, a destruição da biodiversidade

Infraestrutura e licenciamento

Reavaliar grande parte dos investimentos em grandes obras de infraestrutura que já estão previstos. Este deve ser um dos primeiros passos do novo governo, na visão de Raul Silva Telles do Valle, coordenador-adjunto do Programa de Política e Direito Socioambiental, do Instituto Socioambiental (ISA). Afinal, o Brasil quer crescer, mas resta saber com que qualidade.

“Deveríamos refletir sobre quais são os benefícios de continuar abrigando plantas de alumínio estrangeiras, que exportam toda sua produção e pouco ou nada investem em verticalizá-las aqui”, critica, referindo-se ao caso da Hidrelétrica de Belo Monte, em que parte significativa da energia será destinada a uma siderúrgica chinesa que se instalará na Região Norte.

O ISA defende que o governo federal invista na diversificação de fontes limpas

e use melhor a energia já existente. Se, por um lado, o governo federal avançou nos últimos anos no incentivo à geração eólica, os recursos destinados a esta e outras fontes alternativas continuam sendo apenas frações daqueles destinados à hidreletricidade. “A **energia solar** tem muito potencial”, aposta o ambientalista.

Já na visão da Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base (Abdib), o novo governo deve ampliar os esforços para melhorar o processo de obtenção e a renovação de licenças ambientais. “Hoje essas licenças dependem de várias instituições, muitas vezes com posturas conflitantes. Há também lacunas na legislação ambiental, o que dificulta ou posterga obras de infraestrutura no Brasil”, destaca a entidade, por meio de sua assessoria de imprensa.

Entre as propostas da associação

para o próximo governo estão a criação de regras que permitam articulação maior entre instituições públicas envolvidas no licenciamento ambiental, bem como a padronização de procedimentos e critérios exigidos. Também é a favor da aprovação do projeto de lei que visa regulamentar o **Artigo 23** da Constituição Federal.

As propostas da entidade objetivam garantir segurança no abastecimento energético por meio de um planejamento constante, a curto, médio e longo prazos, com modicidade tarifária e menores riscos aos investidores. Para isso, o governo precisaria, segundo a Abdib, manter a expansão da matriz energética sob bases renováveis; reduzir a carga tributária e alocar recursos necessários para realizar estudos de inventário e viabilidade ambiental para novos aproveitamentos hidrelétricos.

Grande parte do território brasileiro recebe cerca de 2.200 horas de insolação, o que corresponde a um potencial equivalente a 15 trilhões de kWh, 50 vezes mais do que o consumo nacional, segundo a entidade Cidades Solares

O artigo determina como exercer harmonicamente as competências da União, estados e municípios na gestão do meio ambiente

Educação ambiental

“Nã é possível continuarmos achando que ao falar de lixo e de sucata vamos mudar alguma coisa. A pessoa tem que ficar atenta nela mesma, naquilo que ela faz e que gera lixo e destruição. E as razões de fazer isso”, afirma Eda Tassara, coordenadora do Laboratório de Psicologia Socioambiental e Intervenção (Lapsi), da USP.


Eda conta que, até uns dois anos atrás, considerava possível trabalhar uma educação ambiental fora da “ordem hegemônica”. Mas percebeu que o discurso ambientalista foi absorvido por essa ordem, ou seja, passou a ser um discurso de Estado e objeto de tensões na esfera geopolítica. “De tal modo que hoje não compreendo a possibilidade de uma educação ambiental fora desse contexto”, diz ela, colaboradora da Unesco e dos ministérios do Meio Ambiente e da Educação na proposição, implementação e avaliação de programas de Educação Ambiental.

“Defendo uma educação ambiental crítica, que entenda o processo histórico de construção do mundo contemporâneo e, ao mesmo tempo, compreenda cientificamente por que se produz o mundo dessa forma e como poderemos modificá-lo”, propõe.

Para Eda, isso significa que temos de construir novos currículos,

em vários níveis de profundidade. “Existe conhecimento para tanto, mas não existe conhecimento sobre como comunicar isso, como formar pessoas que consigam transitar entre essas leituras.” Ela espera dos governos que viabilizem uma nova atitude em relação ao conhecimento, e invistam pesadamente para que as crianças aprendam a pensar em grupo, já que, em uma sociedade competitiva, as pessoas não têm espaço para ensaiar interações.

Também especialista em Educação Ambiental, a jornalista Miriam Duailibi, presidente do Instituto Ecoar, propõe medidas para fazer com que o brasileiro, que **mostra preocupação** com o meio ambiente, tome ciência dos riscos a que estamos submetidos e saiba como pode contribuir no nível individual.

“Para tanto, o próximo governo precisa assumir sua responsabilidade como indutor de mudanças.” Ao lado da manutenção da política de Educação Ambiental já realizada em escolas, comunidades e empresas, Miriam considera urgente promover massiva e diversificada campanha de longa duração, na qual se apresentem e se reflita sobre os problemas ambientais mais graves, suas causas, consequências e alternativas de solução. Assim, ela sugere que se façam campanhas de alcance nacional em rádio, TV, internet e redes sociais, além da publicação de cartilhas. 



O velho trabalho dos marqueteiros se faz atual como nunca. E daqui para a frente se depara com o desafio de lidar com a internet e as redes sociais – empenhadas **em enxergar os políticos por trás da maquiagem**

POR Renato Guimarães #

ARTE CORPORAL Beto França # FOTOS Bruno Bernardi

Para ser...

O recente lançamento nos cinemas de *O Bem-Amado*, obra do teatrólogo Dias Gomes, trouxe de volta a figura de Odorico Paraguaçu, arquétipo do político matreiro, envolvente, “enrolador”, corrupto até a medula e obsessivo em sua saga por inaugurar o cemitério municipal, obra representativa de sua administração. Na fictícia cidade baiana de Sucupira, convivem todos os elementos que no imaginário nacional permeiam o jogo político: amores, luxúria, dinheiro, poder, inveja e violência – personalizada na figura do matador redimido Zeca Diabo. Isso sem falar da figura ciclotímica de Nezinho do Jegue, que, quando sóbrio, era um fervoroso defensor de Odorico Paraguaçu, mas, ao ficar bêbado, transformava-se no principal acusador dos desmandos do prefeito.

O Bem-Amado talvez seja a mais bem-acabada representação de um modo de fazer política que aparentemente está enterrado no passado recente do Brasil, especialmente depois da volta do regime democrático. Mas, a cada período eleitoral, algumas das artimanhas e manejo de palavras e gestos de Odorico Paraguaçu ressurgem no processo de construção da persona pública de vários candidatos país afora.

...bem-amado

O que Dias Gomes não previu quando escreveu sua obra foi o fluxo incontrolável de informação, comunicação e interatividade potencializado pela internet e as chamadas redes sociais, como Twitter, Facebook e Orkut. Hoje é preciso bem mais do que uma retórica laudatória e cheia de advérbios inusitados para impressionar os eleitores (*mais em* Entrevista à pág. 14). As campanhas requerem não só maior investimento na construção e consolidação da imagem, como também um aprendizado sobre como usar adequadamente essas novas ferramentas, que expõem mais o candidato à opinião pública, testam sua autenticidade e espontaneidade e tendem a ganhar importância a cada eleição.

O uso da internet e especialmente das redes sociais ainda é um fenômeno novo e de certa forma os “marqueteiros” – profissionais de marketing responsáveis por ajudar o candidato a construir ou reconstruir sua imagem pública – ainda estão aprendendo a incorporá-las às campanhas. Fato é que o processo de construção da imagem dos políticos passa por um momento de transformação, no qual promessas, gestos, maneirismos e até a forma de se vestir continuam mantendo sua importância, mas terão de conviver com um escrutínio e uma interação permanentes com a sociedade promovidos e facilitados pela rede mundial de computadores.

A era do espetáculo

A emergência da internet e das redes sociais torna mais complexo um desafio que não vem de hoje: o de conhecer a fundo para onde vai o humor dos eleitores e ter respostas para as suas expectativas. O professor Marco Aurélio Prado, doutor em psicologia social pela PUC de São Paulo e presidente da Associação Brasileira de Psicologia Política, lembra que a construção do discurso político sempre se utilizou de estratégias que criassem formas de identificação com a noção de “povo” ou “população”.

Segundo ele, vários teóricos acreditavam que as massas revolucionárias do final do século XIX eram “patológicas”. Por isso, exigiriam uma forma específica de tratamento por parte do líder que passava por garantir uma comunicação que fosse abrangente o suficiente para criar formas de identificação, com afirmações rápidas e conclusões repetitivas. “Os teóricos não imaginavam que as massas viriam para ficar e que esses fenômenos só ficariam mais complexos com os meios de comunicação, o aumento populacional, as formas de gestão etc.”, diz Prado.

Opinião semelhante tem o diretor de TV Abelardo Blanco, que já assessorou diversas campanhas políticas. Para ele, a questão da representação – ou da “farsa que ocupa o lugar da realidade” – não se restringe ao momento político e à campanha eleitoral, mas é parte de um processo maior de “espetacularização” da vida cotidiana, que viria já desde fins do século XIX. Assim, o marqueteiro, por mais que se considere milagreiro, poderoso e chegue a ser incensado por muitos políticos, não passaria “de mero instrumento minúsculo de um processo histórico que vem de longe”, diz.

Para exemplificar seu ponto de vista, Blanco recorre a um trecho do livro *A Sociedade do Espetáculo*, escrito pelo pensador francês **Guy Debord**: “Toda a vida das sociedades nas quais reinam as condições modernas de produção se anuncia como uma imensa acumulação de espetáculos. Tudo o que era diretamente vivido se esvai na fumaça da representação”.

Isso faz com que, no processo de construção da sua imagem, o político esteja atento permanentemente aos humores da opinião pública. Com isso, as pesquisas de opinião, quantitativas e qualitativas, transformaram-se em uma ferramenta básica de trabalho e as equipes de campanha delas se valem para moldar os discursos públicos ou mesmo realizar mudanças cosméticas no vestuário ou no comportamento dos candidatos. Tudo com o objetivo de estabelecer uma ponte com os eleitores que se transforme em apoio político e votos.

Fabián Echeagaray, cientista político e diretor da empresa de pesquisas de mercado Market Analysis, acredita que esse processo não é mau em si. Para ele, a crítica ao poder do marketing político vem especialmente de setores da mídia, para quem se estaria perdendo a autenticidade e o debate de ideias em favor de uma grande disputa de imagem e estilos. Eche-

Escritor francês morto em 1994. Foi um dos pensadores da Internacional Situacionista e da Internacional Letrista, e seus textos foram a base das manifestações do Maio de 68. *A Sociedade do Espetáculo* é seu trabalho mais conhecido.

A representação não se limita à política, mas a toda a vida cotidiana

garay defende que esta construção é não apenas necessária, como praticamente a única forma de manter sustentável uma candidatura, especialmente em um contexto de diluição das identidades partidárias.

À coerência e à habilidade em fazer promessas que atendam às expectativas dos eleitores outro elemento que se une à construção da imagem do político é a questão do estilo pessoal, sua maneira de se vestir e se comportar. Em tempos de hiperinflação de informações, com a importância da TV e a acessibilidade permanente propiciada pela internet, este tema, antes marginal, parece se tornar cada vez mais relevante. Com isso, ao lado do marqueteiro, outro profissional emerge: o *personal stylist*, responsável pela “paginação” do candidato com o objetivo de torná-lo mais atraente para os eleitores.

Existe até uma tipificação dos estilos pessoais mais reconhecidos pelos brasileiros, cada qual tanto com seu lado positivo quanto com o negativo. Há, por exemplo, o “romântico”, caracterizado pela “sensibilidade, suavidade e gentileza”, ou o “sexy”, cujos elementos incluem sedução, carisma, coragem e autoconfiança (ver quadro na versão digital desta reportagem). São justamente esses dois estilos os que mais atraem os eleitores brasileiros, segundo a consultora de imagem Sabina Donadelli, para quem os candidatos que têm naturalmente algum desses dois elementos conquistam mais chance de encantar os eleitores.

Caiu na rede

Fato é que promessas, gestual e estilo pessoal, além de dinheiro, por muito tempo foram combinados para construir ou consolidar a imagem dos políticos, sempre com um foco nos meios tradicionais de comunicação, em especial a TV e o rádio, que são basicamente unidirecionais. Não sem razão, há um enorme investimento de tempo, saliva e compromissos para consolidar alianças partidárias com o intuito de aumentar o tempo de exposição dos candidatos no horário eleitoral gratuito.

O que esses meios tradicionais basicamente fazem é garantir a emissão da mensagem para os eleitores, mas não lhes facilita a interação direta com o candidato. Com a internet, tudo isso muda radicalmente. E como fica o jogo político neste novo contexto?

O jornalista e consultor Roberto Rech é veterano de várias campanhas políticas e um defensor da internet como um canal para quebrar o monopólio de comunicação da mídia tradicio-

▶ O QUE DIZEM ALGUNS BLOGUEIROS

DEPOIMENTOS DE BLOGUEIROS REFERENCIAIS COLHIDOS POR PÁGINA22 MOSTRAM A INFLUÊNCIA DA INTERNET E DAS REDES SOCIAIS NA POLÍTICA COMO UMA TENDÊNCIA QUE DESPONTA. MAS AFIRMAM QUE SEUS RECURSOS AINDA SÃO POUCO USADOS PELO CIDADÃO E MUITO MAL EXPLORADOS PELOS CANDIDATOS:

PRIMEIRO TESTE: As eleições 2010 serão o primeiro teste dos políticos para o jornalismo-cidadão que nós, “consumidores 2.0”, fazemos nas redes sociais desde a popularização das ferramentas de compartilhamento de notícias e de autopublicação. Se antes precisávamos ir ao *ombudsman* para ler uma visão mais crítica da notícia repercutida, agora temos muitos blogs e perfis de Twitter para seguir, ora concordando, ora discordando, mas acima de tudo – e felizmente – vivenciando um debate inovador na nossa sociedade. Sugiro que o eleitor interessado em votar bem escolha um foco (eu escolhi educação) e acompanhe os candidatos na temática selecionada, sendo também um propagador dos erros e acertos de suas propostas e campanhas neste assunto. Isso é ser proativo no desnudar do candidato e na tarefa de escolher quem vai representar seus interesses no próximo governo.

Samantha Shiraishi, editora do blog A vida como a vida quer (www.samshiraishi.com)

CANDIDATOS ANALÓGICOS: Há um abismo entre o que a campanha digital poderia ser e o que está sendo. Os candidatos estão mais preocupados em influenciar (ou manipular) a opinião alheia do que efetivamente compartilhar suas opiniões, conversar, mostrar quem são. Não temos candidatos na internet, são seus assessores que cuidam dos seus espaços, cometendo gafes, pinçando as perguntas que querem responder e editando tudo para que o candidato apareça plástico e sem vida, defendendo os argumentos que a campanha decidiu serem o pilar de sua candidatura. Não temos espaços abertos para conversar com os candidatos no âmbito digital, porque a candidatura *off-line* toma todo esse tempo: as redes sociais contemplam relacionamento e os candidatos estão usando a internet como mídia de massa.

Edney Souza, editor do blog Interney (www.interney.net)

CANAL AINDA MAL EXPLORADO: As mídias sociais ainda estão sendo utilizadas de modo muito tímido no Brasil. Não poderia ser diferente: apesar do crescimento substancial de visitas a sites como Twitter e Facebook no País nos últimos doze meses, o fato é que a TV aberta ainda é o grande formador de opiniões no Brasil. Outro problema que diagnóstico é o fato de, em blogs e mídias sociais, as discussões políticas andarem extremamente exacerbadas. O maniqueísmo desses debates empobrece demais as discussões, afastando interessados em comentar política. E a internet, que poderia representar um meio onde fosse possível encontrar informações diferenciadas, infelizmente acaba por fomentar rivalidades em vez de construir pontes de entendimento entre partidos.

Alexandre Inagaki, editor do blog Pensar Enlouquece (www.interney.net/blogs/inagaki)



O poder de informação e de mobilização da TV tende a diminuir

nal. “Um grande veículo pode decidir não publicar algo sobre determinado candidato, por afinidade ou interesse político, mas basta essa informação cair na rede e já é de conhecimento público”, diz. Para ele, mesmo aqueles que estão na base social, com pouco ou nenhum acesso à internet, acabam sendo tocados pelo que chama de “contágio eleitoral”, muitas vezes iniciado em discussões ou ações no mundo virtual. “No caso do Barack Obama, a internet foi a grande responsável pelo contágio, pelo levante daquela onda que a gente não consegue explicar ainda direito, mas que acabou levando-o à Presidência dos Estados Unidos.”

Com o advento das **redes sociais** na web, o trabalho dos candidatos para construir e consolidar sua imagem pública certamente ficará mais difícil. É o que pensa Haroldo Ceravolo, diretor de redação dos sites *Opera Mundi* e *Última Instância*. Ele reconhece que, nas eleições deste ano, apesar de toda a expectativa ao redor do uso da internet, a TV segue sendo o principal canal de informação e mobilização dos eleitores. Mas, para as próximas eleições, o poder da TV tende a diminuir, com mais pessoas tendo acesso à internet com uma velocidade maior.

“O modo de se fazer campanha terá de mudar. Haverá novas preocupações, porque o texto e as posturas dos candidatos estarão submetidos a um contato mais direto com as pessoas”, diz Ceravolo. Ele acredita que aí, então, será possível entender o que é uma campanha pela internet. Exemplos recentes em que a web fez diferença foram o da já citada campanha de Barack Obama e a do ex-prefeito de Bogotá Antanas Mockus, que o transformou em uma sensação ao levá-lo, contra todos os prognósticos, ao segundo turno das eleições na Colômbia.

Para Ceravolo, exemplos como os citados, de uso eficiente e criativo da internet na campanha eleitoral, ainda são poucos, mas tendem a aumentar com a crescente popularização da rede de computadores. Ou seja, os futuros Odoricos terão de usar muito mais do que advérbios, sorrisos e promessas para ser escutados. Provavelmente terão de estar conectados permanentemente, dialogando e sendo questionados em tempo real por seus eleitores e detratores. E, quem sabe, fazendo da verdade seu maior trunfo eleitoral. **22**

Segundo pesquisa da consultoria ComScore, especializada em internet, o Brasil já ocupa o quinto lugar no uso de redes sociais, com mais de 35 milhões de visitas únicas entre julho de 2009 e julho de 2010 – um aumento de 47% se comparado com o ano anterior

Conheça os estilos dos candidatos identificados pela consultora Sabina Donadelli, e veja as fotos do *making-of* da arte corporal de Beto França, na versão digital desta reportagem em www.fgv.br/ces/pagina22

Política de uma morte anunciada

O eleitorado ainda quer ver nos políticos algo que se assemelhe a convicção, pelo menos na Austrália. Foi a lição ministrada a Kevin Rudd, que perdeu popularidade – e o cargo de primeiro-ministro – depois de **abandonar seu projeto sobre mudança climática**

O tema da mudança climática em geral é uma pedra no sapato dos políticos: há que se comprometer com cortes de emissões, mas garantir que o setor econômico algum sairá prejudicado. Há que mostrar liderança ao mundo, sem perder a competitividade jamais. Por fim, há que agir. Encarar assunto tão complexo, com intrincadas implicações locais e globais, é difícil em todos os países. Não é à toa que, recentemente, a França abandonou a ideia de uma taxa sobre o carbono e o Senado americano arquivou um projeto de lei sobre as mudanças do clima. Na Austrália, entretanto, foi a ausência – e não a presença – da mudança climática na agenda que movimentou o círculo político às vésperas de eleições nacionais.

O primeiro-ministro Kevin Rudd cometeu suicídio político ao postergar seu projeto para criar um esquema de **cap-and-trade** para reduzir emissões de carbono, acabou sem popularidade, adotando medidas desesperadas e, finalmente, perdeu o cargo em um golpe interno de seu partido, o Trabalhista. Dois meses depois, as eleições produziram um Parlamento dividido, sem maioria para nenhuma das duas grandes legendas, mas com um renovado mandato para o Partido Verde, o único a abordar o tema do clima durante a campanha. Pela primeira vez os Verdes obtiveram uma cadeira na Câmara dos Deputados e, com nove assentos no Senado, garantiram o controle desta casa: sem eles, não haverá maioria para aprovar legislação.

Rudd foi eleito em 2007 – ano dourado para a mobilização em relação às mudanças do clima e que resultou em um Nobel para

Al Gore e o IPCC – com uma plataforma fortemente centrada na questão ambiental. Ainda na oposição, em 2006, caracterizou a mudança climática como “o maior desafio moral, econômico e social do nosso tempo” e apresentou uma visão em que a Austrália lideraria o mundo ao se comprometer a cortar as emissões de carbono. Menos de três anos depois, diante do fracasso da reunião de Copenhague, com a perspectiva de eleições e um líder da oposição hostil à questão do clima, Rudd optou por engavetar o projeto que havia dado sentido a sua administração. Deixou uma nação inteira a se perguntar: caiu a máscara? Até que ponto o compromisso de Rudd com a mitigação da mudança climática era moral ou apenas político?

Óbvio, é a reputação

Para Robert Manne, professor de política e relações internacionais da La Trobe University, em Melbourne, e presidente do conselho editorial da revista mensal *The Monthly*, Rudd tem convicções morais, mas foi mal aconselhado por assessores ligados a facções de direita dentro do Partido Trabalhista. Eles o teriam convencido de que tinha mais a perder se insistisse no projeto de **cap-and-trade** – rejeitado duas vezes pelo Senado – do que se o abandonasse. “Eles são tão cínicos, pensam que toda a política é aritmética e contabilidade de votos”, disse Manne a PÁGINA22. “Não compreendem fatores menos óbvios, como a reputação de um político e a sensação de que ele tem convicções.”

Mas, se nem toda política é aritmética, porque Rudd optou por abandonar seu tema mais caro e expor-se ao eleitorado? “O que



Rudd não percebeu é que, se ele representava qualquer coisa na mente do público australiano, era a ação contra a mudança climática”, afirma Manne. E pagou caro por isso. Depois do anúncio da postergação do projeto para reduzir as emissões, em fins de abril, as pesquisas de opinião detectaram queda de 8% na preferência dos eleitores pelos Trabalhistas, deixando o partido com 35%, ante os 43% da coalizão de oposição entre os Liberais e os Nacionais.

Com eleições previstas para antes do fim do ano, o primeiro-ministro passou a anunciar, em vão, medidas de impacto na tentativa de reavivar a popularidade. Até mesmo a proposta de taxar em 40% os exorbitantes lucros das companhias mineradoras – que teoricamente beneficiaria os donos dos recursos minerais, os cidadãos australianos – teve o efeito contrário. Rudd acabou acuado em seu próprio partido e deposto, em junho, por sua vice, Julia Gillard, em uma manobra política sem precedentes e que deixou o país boquiaberto. Julia, depois de apaziguar os ânimos das mineradoras em relação ao novo imposto – amenizando a dentada sobre seus lucros –, convocou eleições para agosto.

Verdes no país marrom

A mudança climática quase não apareceu

na plataforma de campanha de Julia. Em vez da visão grandiosa de uma Austrália líder na mitigação de emissões, prometeu formar uma Assembleia de 150 cidadãos comuns para ajudar o país a alcançar um consenso sobre como avançar.

A Austrália tem uma das maiores taxas de emissão de carbono *per capita* do mundo e é um dos países que, comprovadamente, sofrem os efeitos das mudanças nos padrões globais do clima há décadas, com estações chuvosas mais curtas e verões mais quentes. A economia do país, entretanto, é fortemente dependente do setor minerador e a Austrália responde por 25% das exportações mundiais de carvão – considerado o mais sujo dos combustíveis fósseis.

A coalizão de oposição, na pessoa de seu líder Tony Abbott, rejeita a ideia de que a mudança climática decorre de atividades humanas e taxou o sistema de **cap-and-trade** de emissões de “apenas mais um grande imposto” sobre a economia australiana. Abbott declarou que, sob seu comando, a Austrália jamais dará um preço ao carbono.

Parece claro para qualquer eleitor que falta convicção tanto a Julia, autora do golpe de misericórdia em Rudd, quanto a Abbott, que em dezembro, às vésperas da reunião da ONU sobre a mudança climática em Copenhague,

roubou a liderança da coalizão de Malcolm Turnbull e acabou com os planos do governo de um acordo para aprovar o projeto do clima no Senado. E foi sem convicção que os australianos foram às urnas em 21 de agosto. Ao contrário de 2007, este ano não houve clamor nas ruas para que a questão do clima fosse levada às urnas.

Para Robert Manne, a campanha internacional dos cétricos contra a mitigação das mudanças climáticas – que ele considera a mais bem-sucedida campanha de propaganda em tempos de paz – conseguiu convencer um pequeno número de australianos desde 2007, mas a maioria ainda espera ver ações para reduzir emissões.

O problema na Austrália é que o debate é largamente influenciado pelos partidos políticos, explica ele. “Porque os políticos falharam em agir, um lado postergou e o outro não quer fazer nada, a opinião pública tem dificuldade em se expressar.” Em 2007, o clima foi um dos temas abraçados por um dos partidos, o que forçou o outro, e o restante da nação, a prestar atenção.

Talvez os cidadãos australianos não tenham conseguido expressar seu desejo de ver na campanha dos principais partidos a grande questão moral de nosso tempo. Mas, coletivamente, eles se expressaram

claramente nas urnas. O resultado das eleições não permitiu a nenhum dos dois grandes partidos formar um novo governo e, no fechamento desse texto, estimava-se pelo menos duas semanas de negociações de ambos com os Verdes e quatro parlamentares independentes para decidir quem vai governar a Austrália pelos próximos três anos.

“Os eleitores australianos são os grandes vencedores da eleição”, escreveu um leitor ao jornal *The Age*, de Melbourne. “Obtivemos aquilo porque votamos e os partidos Liberal e Trabalhista tiveram o que mereciam. Eles não nos deram visão, sonho, aspiração, soluções, nada, e nós, o público eleitor, não demos nada a eles: poder, mandato ou licença”. Outro leitor emendou: “Mensagem da eleição para os dois maiores partidos: é o meio ambiente, estúpido”.

Nem todos os eleitores estão sintonizados com as questões ambientais, mas parece claro que a grande maioria sente-se distante da política diante de tanta aritmética, cálculo, suicídio e homicídio político. Entretanto, a ascensão dos Verdes – com 14% dos votos no Senado e 12% na Câmara – parece indicar que ainda há um partido apto a carregar o que sobra da visão, sonho e aspiração da sociedade australiana. A cor da sua bandeira não deixa dúvida sobre as convicções que os movem. [P2](#)

A distância entre o Rio e Melbourne

Cidades mostram **políticas totalmente diversas** diante da mudança climática

Quando estiver em plena carga, a siderúrgica da CSA/TyssenKrupp, que está em processo de implantação na cidade do Rio de Janeiro, emitirá por ano 9,7 milhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente (CO₂e). Doze vezes mais gases de efeito estufa do que a totalidade das outras indústrias inventariadas na cidade em 1998. Um único empreendimento quase dobrará a pegada de carbono do município.

É difícil encontrar caso mais escandaloso de iniciativa que esteja na contramão do processo de transição ao baixo carbono com o qual o Brasil já deveria ter um compromisso firmado. A obra foi autorizada por regras de licenciamento estipuladas em legislação de um período em que não havia um mínimo de consciência coletiva sobre os perigos do aquecimento global. Regras voltadas exclusivamente para impactos locais.

O pior é que a prefeitura deu um jeito de separar as emissões desse empreendimento das do resto do setor industrial da cidade, para tentar evitar a desmoralização das metas de redução que havia anunciado. Expediente visto como “uma solução político-estatística sem efeitos atmosféricos” por Alfredo Sirkis, vereador, ex-secretário de Meio Ambiente e de Urbanismo, ex-presidente do Instituto Municipal de Urbanismo Pereira Passos (IPP), e candidato a deputado federal pelo Partido Verde (*mais sobre Alfredo Sirkis à pág. 44*).

Esse caso emblemático da usina CSA/TyssenKrupp está relatado por Sirkis no capítulo inédito “O clima e as cidades”, que incorporou à terceira edição adaptada do livro *Ecologia Urbana e Poder Local* (Editora Tix, 2010). Originalmente lançado em 1999 pela Fundação OndAzul, presidida por Gilberto Gil, a obra se destinava aos gestores ambientais locais dos muitos municípios brasileiros que estavam dando seus primeiros passos num terreno até ali só ocupado por instituições federais e estaduais. E resultava da experiência executiva do autor na criação da Secretaria Municipal de Meio Ambiente do Rio de Janeiro em 1993-1996, assim como na legislativa, em três mandatos de vereador.

Quando preparava uma segunda edição para público mais amplo, Sirkis tinha motivos para se imaginar de volta à Secretaria que havia criado. Mas foi surpreendido em dezembro de 2000 por convite para que assumisse a Secretaria de Urbanismo, fato que o levou a mergulhar na melhor literatura existente sobre as cidades. Principalmente nas valiosas obras de Jane Jacobs (1916-2006) e de sua discípula Roberta Brandes Gratz. Mas que também lhe abriu horizontes e oportunidades de ampliar o intercâmbio com gestores de muitas outras grandes cidades, com destaque para o caso de Melbourne, em total contraste com o escândalo relatado na abertura deste artigo.

O **Conselho da Cidade de Melbourne**, que até 2007 já conseguira cortar suas próprias emissões de carbono em 26%, resolveu ampliar sua meta para 2010 de 30% para 50%. Seu novo centro administrativo, a Casa do Conselho 2, foi o primeiro na Austrália a alcançar o índice 6, grau máximo da certificação estrela verde. Sensores a energia solar na fachada do prédio acompanham o sol, janelas automáticas renovam e resfriam o ar durante as noites, turbinas eólicas, painéis fotovoltaicos e energia de uma usina de cogeração garantem a eletricidade. Águas da rede de esgotos da vizinhança recebem tratamento terciário e são reutilizadas nos sanitários e nas torres de refrigeração. Com isso, o prédio utiliza 87% menos energia e 72% menos água, além de fornecer um ar puro aos usuários.

O mais importante, contudo, é que tais inovações vêm sendo adotadas em toda a cidade, porque o Plano Diretor de Melbourne exige muito de todos os novos prédios de escritórios: eficiência energética, redução de emissões, *design* solar, uso de aquecimento ou energia solar, coleta e reúso de águas pluviais, reciclagem das águas servidas, estímulo à reciclagem do lixo, e que não tenham interferência na possibilidade de coleta de energia solar por parte de edifícios vizinhos.

Além disso, os prédios antigos recebem estímulo e apoio para a realização de auditorias que permitam planejar a redução de seus gastos energéticos e de água. Com base em contratos que possibilitam pagar os serviços com a diferença entre a despesa com luz e/ou água pré e pós-auditoria. E em alguns casos a prefeitura adianta investimentos que acabam sendo amortizados sobre essa diferença nas contas mensais.

Em suma: haverá muito vexame se, na conferência convocada pelas Nações Unidas para abordar desenvolvimento sustentável em 2012, surgirem comparações entre experiências semelhantes à de Melbourne e o desempenho da cidade que felizmente foi mais uma vez escolhida para sediá-la. [zzz](#)

Denominação da prefeitura local

A política fora da caixa

Ela está **mais presente no cotidiano** do que imaginamos. E será mais utilizada quando soubermos o que queremos construir



Mesmo buscando saber mais sobre eleições, acabamos percebendo que no fundo nos sentimos desconectados de todo esse movimento. Dentro de nós, salvo o sentimento de “dever público” por um instante, uma sensação de vazio nos toma. Na prática, percebemos a política como uma obrigação. E, se não pensarmos nela, cometemos um erro, pois é nosso dever “cuidar” do nosso país.

Essa sensação de distância não é errada nem certa. Ela é um sintoma de como vemos a política em nossas vidas. No entanto, as relações de poder estão em todos os lugares. A política está em quase tudo.

O poder está em nossa casa, em nosso casamento, em nosso grupo de amigos, em nossa empresa. E, se o poder está presente, a política também.

A política é basicamente o uso de poder. Alguns autores a definem como força de influenciar comportamentos e decisões. E adicionam: essa força é potencial, situacional e relacional.

O “potencial” vem da ideia de que posso

escolher usá-la. “Situacional” porque sempre dependerá da situação. E “relacional” porque o poder somente existe na relação, não há indivíduo poderoso, somente se é poderoso em relação a alguém.

Darei um exemplo. Uma lei, seja ela formal, seja informal, sempre define esses três parâmetros. A Lei da Palmada, proposta do governo para proibir qualquer castigo físico em crianças e adolescentes, causou furor instantâneo. Em muitas famílias, a lei informal de convivência diz que os filhos devem obedecer aos pais, caso contrário os pais têm o “direito” de usar a força para que seus filhos “aprendam”.

No momento em que a **Lei da Palmada** começa a ser discutida, ela traz consigo um imenso impacto político no cotidiano. Partindo-se do pressuposto de que a lei fosse implementada de maneira eficaz, a relação de poder pais-filhos mudaria completamente.

Os pais não teriam mais a escolha (potencial de poder) de bater em seus filhos, mesmo tendo a situação permanecido

inalterada: um filho desobedecendo ao pai. A relação mudaria drasticamente. Forçaria as famílias a mudar sua política de influência sobre os filhos, e, por conseguinte, a maneira de educá-los.

Levando adiante esse exemplo, podemos perceber que leis informais estão em toda parte. Você pode percebê-las nesse momento olhando em sua volta. A política está em todas as relações. **A política é convivência. Ela busca trazer um aspecto mais ordenado para nossas vidas.** Quer tenhamos consciência, quer não, tudo que escolhemos na convivência com o outro é uma escolha política.

Em época de eleições, muitos críticos dizem que os candidatos não têm programas coerentes e aprofundados. Acredito que o questionamento anterior deva ser: qual é o programa que a sociedade apresenta? E este serve para chegar aonde? Esta escolha pedirá que tipo de convivência entre as pessoas?

Muitas de nossas angústias vêm da própria falta de consciência de que nossas escolhas são políticas, nossas relações são políticas, e elas estão a serviço de nossos interesses. Sempre.

Queremos mudar a política nacional, participar de grandes eleições, mas nos esquecemos dos pequenos votos que fazemos todos os dias e do quanto esses votos moldam a política à nossa volta.

O poder então é uma ferramenta?

Sim. Está a serviço de nossos objetivos individuais e coletivos. E a política é o modo como o poder de cada um interage com o poder dos outros, por isso, de novo: convivência.

Antes de criticarmos a sociedade por não se interessar por poder e política, temos que perguntar: qual é o nosso objetivo coletivo? Qual é o nosso sonho? Qual é o meu sonho de sociedade de um ponto de vista bem prático?

Somente nos interessaremos mais por política quando a política for mais interessante, quando ela estiver mais conectada com nossos objetivos coletivos. Em outras palavras, a política somente será mais utilizada, como qualquer outra ferramenta, quando soubermos o que queremos construir. [zzz](#)

Projeto de lei enviado ao Congresso Nacional que estabelece o direito da criança e do adolescente de serem educados sem palmadas e beliscões





VERDES desde o início

De manifestações pontuais até a consolidação do Partido Verde, quem era e como agia **a turma que primeiro juntou causa ambiental com política** no Brasil

POR Ana Cristina d'Angelo # FOTOS Arquivo pessoal e divulgação

Uma multidão aglomerou-se em frente à Faculdade de Direito, numa manhã de fevereiro de 1975, na Avenida João Pessoa, em Porto Alegre. Funcionários da Secretaria Municipal de Obras estavam prontos para cortar dezenas de árvores para a construção de um viaduto. Um estudante de engenharia elétrica subiu em uma tipuana para impedir o trabalho das motosserras. O protesto terminou na delegacia, mas a foto de Carlos Alberto Dayrell em cima da árvore foi parar nas capas dos jornais no dia seguinte. O Caso Dayrell é considerado um marco do movimento ecológico no Brasil.

Em plena ditadura, impedir o corte de árvore era ameaça à segurança pública, mesmo que um corte dispensável, como era aquele. Tirando a ditadura, dá uma

nostalgia do não vivido. Uma galera jovem, bacana, intelectualizada, ligada em natureza e trabalhando juntos, sem baias. A rede social das primeiras manifestações que uniram preservação ambiental e política se configurava em abraços na praia, caminhadas em Angra dos Reis, sonhos com liberdade, natureza, justiça, ar puro e paz. Uma turma do bem à qual dá vontade de ter pertencido naqueles idos.

Sim, os primeiros verdes eram tachados de românticos, bem “no clima” da descrição acima; *ecochatos* foi outra forma de se referir a eles já na década de 80. As pessoas envolvidas com o ambientalismo naquela época eram de uma classe média intelectualizada e falavam a esta mesma classe – o que não mudou tanto.

As manifestações eram pon-

tuais e centradas em questões como as usinas nucleares de Angra dos Reis, a poluição em Cubatão, Amazônia, Pantanal, a caça às baleias.

Muitos chegavam de temporadas – forçadas ou não – no exterior, onde o debate estava mais avançado, impregnados de ideias e desejos de ver a prática na terra natal. A grande maioria vinha do movimento estudantil. Foi assim com Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis, jornalistas, voltando do exílio, cheios de energia para erguer o movimento verde no Brasil.

Mobilização civil

A jornalista Sandra Sinicco viveu a época das **Brigadas Vermelhas**, quando fazia estágios em jornalismo na Europa. Acompanhou movimentos radicais como o do grupo italiano

Organização guerrilheira comunista italiana surgida em 1970, formada por universitários e integrantes do movimento operário. De pequenos atentados, o grupo chegou ao extremo de seqüestrar e matar o ex-primeiro-ministro Aldo Moro em 1978, o que marcou o declínio da organização

e toda uma efervescência dos jovens em busca de novas formas de vida e política. De volta ao Brasil, em 1981, Sandra criou uma associação de bairro no sistema de autogestão inspirada na organização comunitária e valorização do verde. “Conseguimos contratar jardineiros, colocar lombadas na rua, conversar entre nós”, conta Sandra, que hoje cuida de projetos editoriais ligados à sustentabilidade, como a agência Ecopress.

O advogado da associação era o jovem Fabio Feldmann, com quem Sandra fundou, um pouco mais tarde, a Oikos, uma das primeiras e mais combativas ONGs ambientalistas do Brasil. Feldmann, hoje candidato ao governo de São Paulo pelo PV, é essencial nesse pequeno álbum da família verde no Brasil. Iniciou seu envolvimento com a causa ainda na década de 70 em protestos contra



1983
Ano de Luta pela Preservação do Pantanal.





a instalação de um aeroporto em São Paulo, e depois lutou contra a poluição em Cubatão, na Baixada Santista. Nesse percurso inicial, também se encontrou com Marco Antonio Mróz, que vinha do movimento estudantil, mas percebera que as conexões propostas pelos verdes eram maiores do que a esquerda propunha naquele momento. Feldmann atuou como protagonista em uma série de ONGs brasileiras que pavimentaram um caminho para a discussão da sustentabilidade como é entendida hoje e mesmo para a formação do Partido Verde.

Mas como foi falar desse assunto quando meio ambiente ainda era um tema de pouca credibilidade? “Nos anos 80, éramos ‘inimigos do desenvolvimento’, ‘românticos’ aos olhos da comunidade empresarial, da mídia e dos políticos tradicionais. A esquerda era feroz: ‘Meio ambiente é coisa de país rico. Aqui temos que resolver a fome e a miséria primeiro, para depois cuidar dessas frescuras e perfumaria’”, conta Alfredo Sirkis, um dos fundadores do PV.

O confronto com a esquerda começou a mudar a partir da campanha de Gabeira para o governo do estado do Rio, em 1986, quando os verdes se uniram aos vermelhos, numa coligação PT/PV em que temas como drogas, legalização

do aborto e casamento gay, pela primeira vez, eram debatidos com a sociedade. É bom lembrar que o debate para criar ou não um Partido Verde foi longo e caloroso. Alguns não acreditavam que a instância partidária era o melhor caminho. Finalmente, no início de 1986, um grupo liderado por Fernando Gabeira, Alfredo Sirkis, Herbert Daniel, Carlos Minc, o maestro John Neschling, o engenheiro Guido Gelli e a atriz Lucélia Santos decidiu tomar a frente e organizar o partido. (Gabeira, Sirkis e Minc são, respectivamente, candidatos a governador, a deputado federal e a deputado estadual do Rio de Janeiro pelo PV).

Corrente humana

A campanha de Gabeira naquele ano teve dois momentos marcantes: a passeata “Fala, Mulher”, que reuniu cerca de 80 mil pessoas no Centro do Rio, e o “Abraço à Lagoa”, quando uma corrente humana se formou em torno de poluída Lagoa Rodrigo de Freitas. Gabeira não se elegeu, mas o PV fez seu primeiro deputado estadual, Carlos Minc.



O ano de 1988 foi considerado o melhor para os verdes na política até agora, quando a legenda fez 20 vereadores em diferentes cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Paraíba. No Rio, Sirkis foi o mais votado, com 43 mil votos. O ano de 1988 marcou ainda a expansão do partido para a Região Amazônica, onde ganhou um importante aliado: o líder seringueiro Chico Mendes. Para completar, Feldmann, como deputado, foi o representante da causa



verde na Constituinte de 1988 e responsável pelo capítulo ambientalista na Constituição.

As manifestações continuavam em causas específicas. Sandra Sinicco lembra-se de ter ido a Brasília protestar contra a liberação da caça às baleias em mares brasileiros, que estava sendo discutida. “Compramos uns plásticos vermelhos para fazer manchas de sangue em cima da cúpula do Congresso, simbolizando a morte das baleias, colocamos pedrinhas, não tinha segurança nenhuma. Daí veio a polícia, mas no final terminou tudo bem e conseguimos revogar o projeto”, lembra a jornalista.

Apesar as resistências encontradas pelos verdes em bancadas conservadoras do Congresso, organizações de direita da sociedade e até da Justiça Eleitoral – que chegou a negar a renovação do registro do PV em 1990 –, a causa se expandia, conquistava novos aliados e ampliava a abrangência de suas propostas.

A conferência Eco 92 teve um grande efeito, sobretudo nas áreas empresarial e de mídia. “As ONGs conquistaram um reconhecimento que não existia antes. Falar de ONG na década de 80 era pouco usual. A esquerda sempre teve preconceito com a questão ambiental, porque tirava atenção do choque entre classes sociais, e isso até hoje é residual em alguns setores da política”, avalia Feldmann.

A esquerda rejeitava a causa verde, pois tirava a atenção da luta de classes

Para Sirkis, o período pós-Eco 92 foi a oportunidade de implantar uma Secretaria de Meio Ambiente no Rio e tirar do papel sonhos dos verdes, como o projeto dos mutirões de reflorestamento e as cicloviárias. Ele conta que, a partir daí, passaram a ter “a dimensão do fazer, não apenas do protestar e denunciar”. “Passamos a enviar uma mensagem socioambiental positiva”, analisa.

Nos gabinetes

Os verdes brasileiros foram muito ativos em 1992, ao mobilizar a população para o *impeachment* do presidente Fernando Collor, acusado de corrupção. Aquele momento provocou mudanças nas instituições brasileiras que levaram a investigações também no Congresso Nacional.


A descrença em relação aos partidos e instituições constituídas até então teve um efeito positivo para os verdes nas eleições de 1992. Nas eleições municipais, em outubro de 1992, eles elegeram 54 vereadores em diferentes Estados e três prefeitos em três pequenas cidades no estado paulista: Campina do Monte Alegre, Pederneiras e Macatuba. Depois

das eleições, os membros do PV foram convidados a assumir secretarias ambientais em cerca de cem municípios, incluindo algumas capitais estaduais, como Rio de Janeiro

(Alfredo Sirkis), Salvador (Juca Ferreira) e Natal (Eugenio Cunha).

Outras cidades importantes, como Duque de Caxias, no Rio de Janeiro, e Bauru, em São Paulo, também tiveram secretários do PV. Uma nova geração de executivos municipais surgiu como um interessante desenvolvimento político a partir das eleições de 1992.

O prefeito de Campina do Monte Alegre (SP), Carlos Eduardo Vieira, ganhou destaque na mídia por seu original estilo de administração. Ele aboliu a burocracia municipal e trabalhou apenas com cinco conselheiros do povo, os representantes da população de 7 mil habitantes, que decidiam como gastar o orçamento; e uma cooperativa, que substituiu as secretarias. Mas esta foi uma experiência específica para uma pequena comunidade, e não sobreviveu.

Os verdes ganharam espaço crescente nos pleitos seguintes, na mobilização social, nas organizações. A própria natureza, em situação crítica, veio acenar com suas bandeiras. O tema restrito a um pequeno grupo na década de 80, praticamente iniciado em cima de uma árvore, hoje não escapa a qualquer cidadão. 

De Estocolmo a todas as cidades

A Conferência das Nações Unidas sobre o Homem e o Meio Ambiente, em 1972, em Estocolmo, foi considerada um marco do movimento ambientalista mundial. Ali tomaram corpo as questões e contradições ligadas ao desenvolvimento e ao meio ambiente, e o debate sobre poluição e a conservação dos recursos naturais.

Já o Partido Verde surgiu como instituição política na Tasmânia (Austrália). Um grupo de ecologistas se reuniu pela primeira vez em 1972, com o objetivo de impedir o transbordamento do Lago Pedder. Hoje, o Partido Verde é parte decisiva na política australiana (*mais em Análise à pág. 40*). De lá migrou para a Nova Zelândia e, depois, para a Europa e o restante do mundo. Hoje está constituído em 120 países e é a quarta maior bancada no Parlamento Europeu.

Dos temas primordiais que inspiraram e norteiam a atuação dos verdes, pouca coisa mudou. O ambientalista Aron Belinky (a criança da foto acima, hoje, secretário-executivo do Grupo de

Articulação das ONGs brasileiras para a ISO 26000], mostra uma curiosidade: o “credo” da primeira ONG a que foi filiado, a National WildLife, em 1973, traz um texto incrivelmente atual que permeia temas como cidadania, cultura de paz e respeito à diversidade.

Assim, ele se pergunta se isso indica que não evoluímos em nada. “Temos avanços significativos, como o reconhecimento da necessidade de ter uma gestão ambiental mais saudável. Mas o nosso modelo de desenvolvimento ainda não incorporou isso, o que permanece como o grande desafio”, diz Aron.

Nos últimos tempos, a ecologia urbana tem ganhado espaço nesse debate, entendendo as cidades como natureza transformada – tema do livro de Alfredo Sirkis, *Ecologia Urbana e Poder Local* (Editora Tix), que inclui capítulo fundamental sobre a questão climática, além de outros sobre mobilidade, ar, áreas verdes, águas e lixo (*mais em Análise à pág. 42*).

Filhos do coração

A adoção ainda é **prática pouco comum** neste mundo que se tornou populoso demais

Os filósofos Aristóteles e Jean-Jacques Rousseau eram. Os imperadores romanos Augusto e Tibério e o estilista Clodovil idem. Steve Jobs, o multimilionário fundador da Apple, é. Essas personalidades fazem parte de um clube extremamente restrito – o dos adotados.

A cada ano, 260 mil crianças são adotadas formalmente no planeta – a metade delas nos Estados Unidos. É pouquíssimo. Menos de 12 em cada 100 mil menores de 18 anos são adotados. E, em boa parte dos casos, eles ocorrem dentro de uma mesma família (padrastos que dão seu nome a enteados, por exemplo).

Esses dados são da Divisão de População do Departamento de Negócios Econômicos e Sociais do Secretariado das Nações Unidas. Ela acaba de publicar um raro estudo sobre o tema, *Child Adoption: Trends and Policies* [1]. Segundo o documento, além dos Estados Unidos, os recordistas são a China (46 mil por ano) e a Rússia (23 mil).

TOME NOTA

1 **Acesse, em inglês:** www.un.org/esa/population/publications/adoption2010/child_adoption.pdf

O estudo tem lá seus problemas. As estatísticas são dos primeiros anos do milênio e os dados brasileiros são parciais, limitando-se ao estado de São Paulo. Por isso, devemos olhar com alguma desconfiança a informação de que o País tem índices de adoção semelhantes aos da Alemanha, da França, da Espanha e do Canadá, que estão empatados na faixa de 4.500 crianças por ano.

No entanto, o documento da ONU indica tendências importantes. Ele aponta, por exemplo, que o número de crianças adotadas é 60 vezes menor que o de menores órfãos – e esse dado nem sequer inclui crianças abandonadas. Só na África, há pelo menos 70 milhões de candidatos à adoção, boa parte deles filhos de vítimas da Aids. O número de adoções locais teria de aumentar 2 mil vezes para dar conta desse contingente.

Vários fatores explicam por que as

adoções são tão raras. Candidatos a pais adotivos enfrentam um sem-número de barreiras burocráticas, desorganização e longas listas de espera, que podem arrastar-se por anos.

Outro fator foi a revolução cultural dos últimos 40 anos. Hoje é muito mais fácil evitar uma gravidez indesejável e as mães solteiras já não enfrentam o estigma em boa parte do mundo, de modo que muitas decidem ficar com seus bebês. Essa mudança fez com que a "oferta" de crianças caísse nos países ricos. Um exemplo: em 1970, 175 mil recém-nascidos foram adotados nos Estados Unidos. No começo desta década, esse número havia caído para menos de 7 mil.

Isso também ajuda a explicar por que as adoções internacionais estão se popularizando nos países ricos. Quase 85% dos processos ainda envolvem residentes de um mesmo país, mas o número de casais que buscam bebês em outras partes do mundo está aumentando rapidamente. Na Europa, por exemplo, eles já representam mais da metade do total.



A maior parte das crianças adotadas por estrangeiros vem do Leste Europeu e da Ásia, sobretudo Rússia, Ucrânia, China e Coreia do Sul, e segue para os Estados Unidos, a França e a Espanha. Na América Latina, só a Guatemala se destaca – em 2007, uma em cada 110 crianças nascidas no país foi enviada para os Estados Unidos. Mas esses números despertaram suspeita. Quando ficou claro que criminosos estavam raptando recém-nascidos para envio ao exterior, o governo guatemalteco teve de rever seus procedimentos. Esse tipo de comércio humano também levou a Romênia, a Bulgária e o Camboja a suspenderem temporariamente as adoções internacionais.

Por fim, as adoções são limitadas pelo alto grau de exigências das famílias, que dão preferência a meninas mais novas, saudáveis e que sejam da sua própria etnia. Nos orfanatos, são raros aqueles que se encaixam nesse perfil.

Cerca de 60% das crianças adotadas têm menos de 5 anos. Crianças mais velhas e adolescentes geralmente são adotados por familiares, não por estranhos.

Segundo o estudo, meninas são adotadas com mais frequência por razões que variam de país para país. Em alguns, é porque há mais garotas colocadas para adoção; em outros, as famílias as consideram mais fáceis de criar, ou esperam que elas ajudem com o trabalho doméstico e cuidem dos pais adotivos na velhice.

Essa visão "utilitária" não é, propriamente, novidade. Até o século XIX, as adoções eram associadas a interesses políticos ou à necessidade de obter mão de obra barata. O imperador Augusto, por exemplo, foi adotado postumamente por seu tio-avô, Júlio César, que não tinha herdeiros do sexo masculino que pudessem sucedê-lo. Só recentemente o processo passou a ser associado ao desejo de se constituir família, à solidariedade ou ao amor por uma criança.

O estudo da ONU mostra que ainda persiste um grande desencontro legal e uma falta de instituições que azeitem o processo para que as adoções se tornem viáveis e frequentes. O clube dos filhos do coração ainda deverá continuar restrito a poucos e bons por algum tempo. [2]

O Greenpeace está de olho.

Colabore com o Greenpeace e vamos juntos cuidar do planeta.



TEM GREENPEACE NO SEU DIA.

Enquanto você está de olho nas ondas, o Greenpeace olha um pouco mais fundo. Você sabia que 80% das espécies marinhas exploradas pela atividade pesqueira encontram-se sob algum tipo de risco? O Greenpeace luta por áreas marinhas protegidas para que as espécies não desapareçam nem dos mares e nem da sua mesa.


GREENPEACE
www.greenpeace.org.br



FOTOS: RICARDO BARRETO

Além do livro-texto

Esta é uma cena diferenciada nas salas de aula de uma escola de negócios. Chita, tesoura, cola e papéis de toda sorte tomam as carteiras por alguns momentos na Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. É hora de cada um dos alunos da disciplina Formação Integrada para Sustentabilidade (FIS) confeccionar o seu próprio Caderno de Jornada. Trata-se de um espaço

íntimo e livre para registro de algo maior que o conhecimento: a relação do aluno com o que está aprendendo, os *insights*, o pensamento solto, os variados sentimentos e também a autoavaliação do aprendizado, reflexiva acerca dos valores que são transformados durante o curso. É caderno porque é registro; é jornada porque é expedição em busca de todo tipo de descoberta. Seja aquela feita dentro de si mesmo, seja aquela que o grupo compartilha dentro e fora da sala de aula, onde percebe a sustentabilidade como experiência prática, rica, complexa e viva demais para repousar nas linhas de um livro-texto. — por **Amália Safatle** 



O sonho de dois agora é a realidade de um. Do nosso planeta.

A Procter & Gamble acredita que, para melhorar a vida das pessoas, é preciso estar perto delas. É isso que ela tem feito através dos produtos que desenvolve. Sempre pensando no presente e no futuro do mundo em que vivemos, a ponto de imaginar uma linha inovadora de produtos com embalagens sustentáveis.

A Braskem – maior produtora de resinas termoplásticas das Américas – acreditou nessa ideia e ajudou a torná-la realidade, fechando com a Procter & Gamble uma parceria mundial para o fornecimento de polietileno verde. O plástico verde, feito do etanol da cana-de-açúcar e desenvolvido pela Braskem, será destinado inicialmente às embalagens das linhas Pantene, Max Factor e Cover Girl. Uma realização que reforça a imagem do nosso país como referência internacional em sustentabilidade, contribuindo para que nosso planeta gire sempre na direção de um futuro cada vez mais verde e promissor.



Ele é feito para quem está comprometido com o **desenvolvimento sustentável**.

Ele é feito para quem quer um lugar com **oportunidades para trabalhar**.

Ele é feito para quem procura **solidez e proximidade**.

Ele é feito para quem acha que a **tecnologia deve estar a serviço das pessoas**.

Itaú. Feito para você sonhar. Feito para você.



Banco mais sustentável em mercados emergentes (Brasil e América Latina) pelo Financial Times Banking Awards
• Eleito uma das melhores empresas para trabalhar pela revista Época/GPTW • Vencedor do Gran Prix de relações com investidores pela IR Magazine • Melhor banco brasileiro e da América Latina pela revista Euromoney • Eleito o maior banco do país segundo o ranking Exame Maiores e Melhores • Empresa mais ligada em tecnologia pela revista Info.